



GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR

GEM Angola 2020/2021

ESTUDO SOBRE O EMPREENDEDORISMO



O projeto GEM - Global Entrepreneurship Monitor - é o maior estudo independente sobre o empreendedorismo a nível mundial.

GEM Angola 2020/2021

Estudo sobre o Empreendedorismo

Este relatório foi desenvolvido com base nos dados recolhidos pelo consórcio de investigação GEM, mas a responsabilidade pela análise e interpretação dos mesmos é da exclusiva competência dos seus autores.

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

O estudo GEM Angola 2020/2021 resulta de uma parceria entre três organizações.

Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI)



Sociedade Portuguesa de Inovação

A **Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI)** é uma empresa de consultadoria, criada em 1996, com um profundo conhecimento dos setores público e privado, assim como dos processos que permitem aos seus clientes fomentar a inovação, ser competitivos e gerar crescimento. O sucesso crescente da SPI refletiu-se na criação de várias empresas e escritórios de representação em diferentes áreas geográficas. O Grupo SPI inclui a SPI Açores, a SPI China, a SPI Espanha, a SPI USA e uma representação permanente em Bruxelas, através de uma parceria com a *European Business and Innovation Centre Network (EBN)*. A SPI posiciona-se como um facilitador de inovação, com um enfoque em ciência e tecnologia e no desenvolvimento do território.

A perspetiva dinâmica da empresa permite a sua intervenção a nível global, reforçando a rede de contactos e criando valor organizacional. Com mais de 80 consultores de várias nacionalidades e áreas do conhecimento, a empresa reúne uma equipa empreendedora que garante respostas flexíveis e eficazes a todos os desafios que lhe são colocados, atuando como um catalisador de ligações entre empresas, instituições científicas e tecnológicas, administração pública, e organizações públicas e privadas nacionais e internacionais.

No âmbito do projeto GEM, a SPI tem coordenado os estudos GEM Angola desde 2008. A SPI tem igualmente liderado a Equipa Nacional de Portugal em todas as edições do estudo desde o seu início em 2001 até ao presente.

Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC-UCAN)



O **Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC-UCAN)** foi criado em março de 2002, com a missão de fomentar a investigação científica numa perspetiva aplicada e sistémica em Angola (em áreas como a economia, o ambiente, a energia, as ciências sociais, a história, a cultura e os direitos humanos), bem como de aumentar a capacidade de investigação dos seus membros investigadores e do corpo docente da UCAN. Incentiva a investigação em várias áreas como Economia, Ambiente, Energia, Ciências Sociais, História, Cultura e

Direitos Humanos, desenvolvendo projetos de pesquisa científica, organizando conferências, palestras, debates, seminários e outras atividades, procurando articulá-las com uma visão pluridisciplinar.

O Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) apoia a UCAN não só a desenvolver o seu potencial de investigação e de ensino, mas também a contribuir para o desenvolvimento das capacidades nacionais na área da formulação e da avaliação de políticas públicas e de estratégias de desenvolvimento.

Conta, para o efeito, com a participação de uma rede internacional de centros de investigação de reconhecida competência e reputação. O CEIC representa o pioneirismo da cultura da investigação em ciências sociais no país.

Os membros do CEIC incluem docentes da UCAN, assim como docentes e investigadores de instituições académicas e de investigação, nacionais e estrangeiros, com elevada preparação e com trabalho relevante sobre a realidade africana, em geral, e angolana, em particular.

Banco de Fomento Angola (BFA)



O **Banco de Fomento Angola (BFA)** é um Banco Comercial de expressão Nacional, que desde o início da sua atividade, na década de 90, ocupa uma posição de referência no mercado angolano num permanente compromisso com os seus clientes, com o crescimento pessoal e profissional dos seus colaboradores e com o desenvolvimento sustentável de Angola. A identidade da marca BFA é o reflexo da sua cultura financeira e empresarial, cujos traços essenciais são a independência da gestão, o trabalho de equipa, a distinção do mérito, a rigorosa administração de riscos e a segura criação de valores para os diferentes *stakeholders*.

O BFA conta com uma vasta rede comercial, a qual atingiu um total de 167 balcões, 139 agências, 15 centros de empresa, 8 centros de investimentos e 5 postos de atendimento bancário. O BFA conta também com uma vasta rede de distribuição, com diversos canais, e com uma equipa de recursos humanos dinâmica e altamente qualificada, composta por mais de 2.600 colaboradores.

Procurando assumir um papel ativo em termos de responsabilidade social, o BFA criou, em 2005, um Fundo de Responsabilidade Social, com o objetivo de fazer a diferença junto da comunidade, através do apoio financeiro a iniciativas/projetos concretos, nos domínios da saúde, da educação e da solidariedade social. Assim, o BFA deu expressão a um efetivo compromisso com a sociedade angolana.





SUMÁRIO EXECUTIVO

O estudo GEM Angola 2020/2021 realiza uma avaliação anual da atividade empreendedora, das aspirações e das dificuldades dos indivíduos no país.

Seguindo a metodologia definida pelo *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM – www.gemconsortium.org), o presente estudo analisa as aspirações e dificuldades dos empreendedores, bem como as condições estruturais que facilitam ou inibem a atividade empreendedora. A edição de 2020/2021 é a 8.^a edição do GEM Angola.

O ano de 2020 foi marcado por uma crise pandémica que criou ruturas em todas as áreas do mercado global, atingindo também o empreendedorismo. Os dados que servem de base a este estudo foram recolhidos em 2020 e os seus resultados refletem inevitavelmente o impacto da pandemia no impulso empreendedor angolano. Uma vez que a crise ainda não tem fim à vista, a presente análise tem especial relevância não apenas porque permite olhar para os efeitos da pandemia no empreendedorismo no último ano, mas também antecipar cenários para um futuro próximo, atendendo ao impacto prolongado da pandemia, bem como de uma série de outros desafios, analisados na última secção do estudo ("Reflexões e recomendações no atual contexto"). Como tem sido habitual em estudos anteriores do GEM Angola, os dados de 2020 são comparados com os de anos precedentes, por forma a entender-se de que modo a atividade empreendedora se tem alterado e o que tem contribuído para essa alteração.

O GEM Angola 2020/2021 é baseado nos resultados do *GEM 2020/2021 Global Report*. O consórcio GEM investiga a atividade empreendedora no mundo, desde 1999, tendo já avaliado mais de 120 economias. Ao longo dos anos, as equipas nacionais do GEM já

entrevistaram um total de três milhões de indivíduos, através das duas fontes de informação que têm consistentemente sido utilizadas desde o início do GEM: (1) **sondagem à população adulta**, através de um questionário padronizado aplicado em todos os países participantes; e (2) **auscultação a especialistas nacionais**, ligados ao empreendedorismo em cada um dos países analisados.

Mapeamento do empreendedorismo

O mapeamento do empreendedorismo em Angola baseia-se nos dados da sondagem à população adulta, junto de 2.000 indivíduos com idades compreendidas entre 18 e 64 anos, residentes em Angola. A análise da atividade empreendedora considera vários parâmetros associados à criação e cessação de negócios. O principal indicador criado e monitorizado pelo GEM é a Taxa de Atividade Empreendedora *Early-Stage* (TEA), que mede a proporção de indivíduos, com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos, que estão envolvidos na criação e gestão de negócios que proporcionaram remunerações por um período de tempo até três meses (negócios nascentes) ou por um período de tempo entre os três e os 42 meses (negócios novos). Estes indivíduos são denominados de empreendedores *early-stage*.

As conclusões principais do mapeamento da atividade empreendedora em Angola, em 2020, são as seguintes:

- O número de empreendedores *early-stage* em Angola tem crescido de ano para ano e, em 2020, **a percentagem da população adulta que se considera empreendedor *early-stage*** ronda os 50%, a maior de todas as economias analisadas.
- O **receio de insucesso**, que tem sido relativamente baixo nos últimos anos, apresenta em 2020 valores próximos dos verificados em

2014 (35% e 37%, respetivamente), tendo havido um aumento de 84% na perceção do risco de 2018 para 2020.

- A **intenção de se dar início a um negócio** continua a ser mais elevada entre a população angolana do que em qualquer outra dos países analisados pelo *GEM 2020/2021 Global Report* (83%).
- A população angolana prioriza duas **motivações para iniciar um negócio**: “ganhar a vida porque a oferta de emprego é escassa” e “fazer a diferença no mundo”. Verifica-se, em Angola, o habitual nas economias de rendimento baixo: é necessário criar formas de gerar riqueza e assegurar subsistência, quando o PIB *per capita* é baixo e a oferta de emprego é residual. Mas a segunda razão apontada pela população angolana revela que o impulso empreendedor é não apenas motivado por necessidades financeiras, mas também pela vontade de ver o mundo alterar o seu rumo.
- A **atividade empreendedora *early-stage* na faixa etária mais jovem** (18-24 anos) tem registado o maior crescimento: foi a faixa etária com a menor taxa de atividade empreendedora *early-stage* em 2014 (15%) e quase a maior em 2020 (54%), com a diferença de apenas um ponto percentual relativamente à faixa etária dos 25-34 anos (55%). O aumento claro de start-ups e empreendedores jovens em Angola tinha já sido notado pelos autores deste relatório aquando da apresentação do GEM Angola 2018/2019, em Luanda, em janeiro de 2020. O ecossistema tem sofrido transformações rápidas motivadas sobretudo por dois aspetos: uma população empreendedora jovem com uma expressão cada vez maior e, associado a isto, novos modelos de negócio baseados no digital e em novas tecnologias.
- Angola foi o único país a registar, em 2020, uma

percentagem da **atividade empreendedora *early-stage* das mulheres** superior a 40%. Além do mais, neste último ano, a taxa de empreendedoras *early-stage* é superior à de empreendedores (51% e 48% respetivamente).

- A **taxa de negócios estabelecidos** continua a não ser elevada (9%), sobretudo quando comparada com a TEA (49,6%), sugerindo uma dificuldade generalizada e bastante acentuada em fazer um negócio sobreviver além da fase de arranque (sensivelmente correspondente aos primeiros três anos e meio).
- A **taxa de cessação de negócios** em 2020 é 39%. A comparação deste valor com a TEA permite chegar a uma das principais conclusões do estudo: por cada cinco negócios iniciados em Angola, quatro não sobrevivem.

Caracterização do ecossistema do empreendedorismo

A caracterização do ecossistema do empreendedorismo é feita com base na auscultação aos especialistas nacionais, que, em 2020, avaliaram 11 Condições Estruturais do Empreendedorismo (CEE): financiamento, políticas governamentais, programas governamentais, educação e formação, transferência de investigação e desenvolvimento (I&D), infraestrutura comercial e de serviços, abertura do mercado, infraestruturas físicas, normas sociais e culturais, reatividade e reinvenção do empreendedorismo, e impacto da COVID-19 nas políticas governamentais. As CEE foram avaliadas por 37 especialistas, utilizando uma escala de 0 (totalmente insuficiente) a 10 (totalmente suficiente).

As CEE foram classificadas e analisadas de acordo com as seguintes categorias:

- **Condições estruturais facilitadoras:** reatividade e reinvenção do empreendedorismo, normas sociais e culturais, e abertura do mercado.
- **Condições estruturais inibidoras:** transferência

de I&D, educação e formação, e programas governamentais.

- **Condições estruturais intermédias:** infraestrutura comercial e de serviços, impacto da COVID-19 nas políticas governamentais, financiamento, infraestruturas físicas, e políticas governamentais.

A capacidade que a população angolana demonstra para reinventar o empreendedorismo é, atualmente, a condição estrutural que mais facilita o impulso empreendedor (a CEE *reatividade e reinvenção do empreendedorismo* obteve a classificação média de 6.1). Por outro lado, a CEE *normas sociais e culturais* tem-se verificado, ao longo dos anos, como uma das principais condições para o desenvolvimento da atividade empreendedora em Angola. Como CEE que têm inibido a atividade empreendedora sobressai, em 2020, a tríade *transferência de investigação e desenvolvimento (I&D), educação e formação, e programas governamentais*, que já têm sido identificadas como limitadoras em edições anteriores do GEM Angola.

Comparativamente às restantes economias do continente africano analisadas pelo *GEM 2020/2021 Global Report* (Marrocos, Burquina Faso, Egípto e Togo), Angola regista a pior classificação média em seis das 11 CEE. A média global das CEE no continente africano em 2020 obteve uma classificação de 4, enquanto Angola obteve uma classificação média global das CEE de 3.5. Por outro lado, também relativamente a todas as economias analisadas pelo *GEM 2020/2021 Global Report*, Angola tem a pior classificação média das nove CEE habitualmente avaliadas pelo GEM (3.3).

Empreendedorismo e desafios de hoje

Os resultados do GEM pretendem fornecer dados importantes para a definição de estratégias ao nível do empreendedorismo ou relacionadas com ele. Assim, o presente estudo analisa alguns dos dados recolhidos nas duas sondagens, no grande plano dos desafios que o mundo e a região de África em particular enfrentam atualmente.

A pandemia da COVID-19 desacelerou a trajetória de desenvolvimento em África e trouxe mais dificuldades aos negócios e à sua sobrevivência. Em Angola, ainda mais do que em anos anteriores, verifica-se que os negócios se iniciam, mas que a grande maioria acaba por não conseguir sobreviver além da fase *early-stage*. Perante os desafios atuais que a crise pandémica veio colocar à vista de todos, nomeadamente os relacionados com a trajetória de liberalização da economia mundial, o Acordo de Livre Comércio Continental Africano, que entrou em vigor em janeiro de 2021, abre caminho para parcerias intracontinentais que podem contribuir para o desenvolvimento económico e social dos países africanos e que, ao mesmo tempo, podem reforçar a afirmação internacional do continente africano. Angola deverá fazer um esforço para participar destas parcerias.

A análise alerta igualmente para a necessidade de se criarem políticas e programas de apoio ao empreendedorismo dirigidos a grupos específicos e pensados para as necessidades destes grupos específicos, considerando a escassez de oportunidades para certos grupos sociais, nomeadamente mulheres e jovens. Neste plano e para que as políticas e programas tenham real impacto, sugere-se uma atenção especial ao conceito de interseccionalidade.

Outro dos desafios atuais tem a ver com a transição digital. Os últimos anos têm mostrado quão interligados estão o empreendedorismo e a transição digital. De facto, muitos dos negócios que têm surgido estão ligados ao digital, a novas tecnologias e à inovação. Da parte dos governos, tem, pois, de haver um maior comprometimento com a transição digital. O futuro do desenvolvimento económico e humano já não pode ser pensado fora das potencialidades oferecidas pelas tecnologias digitais. Avanços na transição digital significam nomeadamente maior acesso à educação, formação e saúde, razão maior que justifica mais apoios ao empreendedorismo digital e tecnológico.

A CEE educação e formação tem sido uma das que, no contexto angolano, menos tem contribuído para o desenvolvimento do empreendedorismo no país. Embora o acesso à educação esteja a avançar rapidamente, a *qualidade* das escolas e universidades não pode ser negligenciada em detrimento da *quantidade*.

De outra forma, a qualidade da mão-de-obra continuará a ser um dos constrangimentos para a expansão dos negócios. Por outro lado, há espaço, no contexto angolano, para ser dada mais atenção ao desenvolvimento de estratégias educativas de promoção do empreendedorismo, destacando-se a necessidade de envolver vários atores neste processo.

Finalmente, perante as evidências trazidas pela crise climática, percebe-se hoje que o desenvolvimento do setor privado terá de ser feito de modo mais *económico*, quer ao nível da utilização sustentável dos recursos naturais, quer ao nível do próprio crescimento dos negócios, que se quer mais prudente e capaz de prevenir ciclos de crise. Angola deverá também considerar esta preocupação ao definir políticas de apoio ao empreendedorismo. Neste sentido, recomenda-se mais diálogo entre os vários atores ligados ao empreendedorismo, no sentido de se definirem objetivos partilhados e alcançáveis em parceria, dando especial atenção aos objetivos das Agendas 2063, da União Africana, e 2030, da Organização das Nações Unidas.

GUIA PARA O LEITOR

- **Enquadramento conceptual e metodológico** – apresenta o percurso, a metodologia e o enquadramento conceptual do GEM, e enquadra o GEM Angola 2020/2021 nessa metodologia.
- **Mapeamento do empreendedorismo em Angola** – apresenta o diagnóstico do empreendedorismo em Angola com base nos dados da sondagem feita à população angolana em 2020.
- **Caracterização do ecossistema do empreendedorismo em Angola** – avalia o ecossistema do empreendedorismo com base na apreciação das condições estruturais feita pelos especialistas angolanos.
- **Reflexões e recomendações no atual contexto** – coloca os dados analisados nas secções anteriores em perspetiva com os desafios globais a que o mundo assiste hoje, abrindo a discussão sobre como deve ser pensado o empreendedorismo atualmente, em particular no contexto angolano.

ÍNDICE

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS	III
SUMÁRIO EXECUTIVO	VII
ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E METODOLÓGICO	1
O estudo GEM em números	3
A metodologia GEM	4
Enquadramento conceptual	6
GEM Angola 2020/2021	8
MAPEAMENTO DO EMPREENDEDORISMO EM ANGOLA	11
Como é visto o empreendedorismo em Angola?	12
Boa saída profissional, estatuto social elevado e atenção mediática	12
Condições, competências e receio de insucesso	13
Iniciar um negócio nos próximos três anos?	14
Dois em um: ganhar a vida e fazer a diferença no mundo	15
É fácil começar-se um negócio em Angola?	16
Quem são os novos empreendedores angolanos?	17
Taxa de atividade empreendedora <i>early-stage</i>	17
Empreendedores <i>early-stage</i> vs. empreendedores de negócios estabelecidos	23
Por cada cinco novos negócios, quatro não sobrevivem	24
Novos produtos, serviços, tecnologias e processos	25
Sustentabilidade e expansão do negócio – a braços com a pandemia	26
Pandemia: mais difícil começar e operacionalizar, mas há quem resista	26
Clientes locais, nacionais e internacionais	27
Qual é o impacto do empreendedorismo em Angola?	28
Distribuição por setor	28
Mais emprego?	29
CARACTERIZAÇÃO DO ECOSISTEMA DO EMPREENDEDORISMO EM ANGOLA	33
Condições estruturais do empreendedorismo avaliadas em 2020	34
Condições estruturais facilitadoras	35
Reatividade e reinvenção do empreendedorismo	36
Normas sociais e culturais	37
Abertura do mercado	38
Condições estruturais inibidoras	39
Transferência de I&D	40
Educação e formação	41
Programas governamentais	42
Condições estruturais intermédias	43
Infraestrutura comercial e de serviços	43
Impacto da COVID-19 nas políticas governamentais	44
Financiamento	44
Infraestruturas físicas	45
Políticas governamentais	45
Sumário das CEE em Angola	46
O ecossistema angolano entre as economias africanas em 2020/2021	47
CEE 2020/2021 – todas as economias	51
REFLEXÕES E RECOMENDAÇÕES NO ATUAL CONTEXTO	53
A crise pandémica, o crescimento económico em África e o Acordo de Livre Comércio	54
Inclusividade na atividade empreendedora	56
Economia digital	58
Começar pelo início: educação e empreendedorismo	59
Empreendedorismo responsável	61
ANEXO: ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS	63



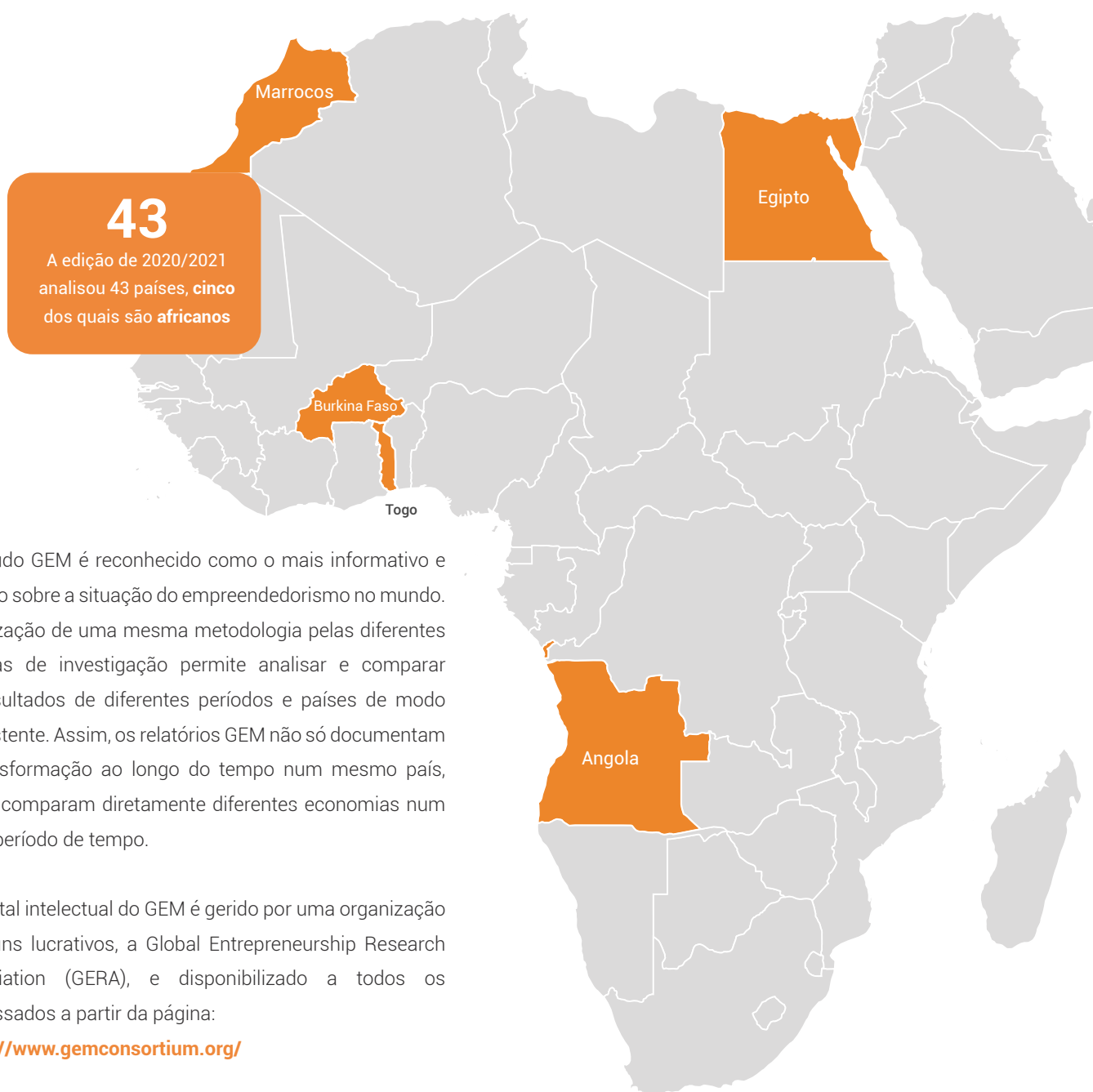
ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E METODOLÓGICO



ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E METODOLÓGICO

Iniciado em 1999, numa iniciativa conjunta do Babson College (EUA) e da London Business School (Reino Unido), o projeto *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) tem envolvido economias com diferentes níveis de rendimento e de várias regiões do mundo. Anualmente, a equipa do GEM conduz uma avaliação global da atividade empreendedora, considerando nomeadamente as aspirações e dificuldades dos empreendedores, nas regiões abrangidas.

Durante as duas últimas décadas, o consórcio de investigação GEM acompanhou, analisou e documentou a transformação da atividade empreendedora em mais de 120 economias, fornecendo dados que permitem compreender o impacto económico, social e político do empreendedorismo.



O estudo GEM é reconhecido como o mais informativo e preciso sobre a situação do empreendedorismo no mundo. A utilização de uma mesma metodologia pelas diferentes equipas de investigação permite analisar e comparar os resultados de diferentes períodos e países de modo consistente. Assim, os relatórios GEM não só documentam a transformação ao longo do tempo num mesmo país, como comparam diretamente diferentes economias num dado período de tempo.

O capital intelectual do GEM é gerido por uma organização sem fins lucrativos, a Global Entrepreneurship Research Association (GERA), e disponibilizado a todos os interessados a partir da página:

<https://www.gemconsortium.org/>

O estudo GEM em números



22 anos

O GEM reúne informação sobre a situação do empreendedorismo recolhida ao longo dos últimos 22 anos.



120 economias

Mais de 120 economias já foram analisadas pelo GEM.



200 organizações

O GEM conta com o apoio financeiro de mais de 200 organizações.



500 especialistas

O relatório anual GEM resulta da colaboração de mais de 500 especialistas em empreendedorismo.



300 institutos

Mais de 300 institutos de investigação contribuem para a realização do estudo anual.



200 mil entrevistas

Anualmente, são feitas mais de 200 mil entrevistas, com especialistas e a população adulta, incluindo empresários de várias faixas etárias.



A metodologia GEM



Os estudos GEM combinam dados provenientes de duas fontes diferentes: **uma sondagem à população adulta** de cada país abrangido e **informação obtida junto de especialistas nacionais**.

Sondagem à população adulta

A sondagem à população adulta permite **mapear a atividade empreendedora num dado país** (i.e., analisar a atividade empreendedora e caracterizar os empreendedores).

Auscultação a especialistas nacionais

A auscultação a especialistas nacionais permite **caracterizar o ecossistema do empreendedorismo num dado país** (i.e., analisar as condições que obstam ou facilitam a atividade empreendedora).



Sondagem à população adulta

A sondagem à população adulta recolhe uma amostra nacionalmente representativa das perspetivas sobre o empreendedorismo. Por país, são inquiridas no mínimo 2.000 pessoas na faixa etária entre os 18 e os 64 anos. O objetivo desta sondagem é obter informação detalhada sobre a atividade empresarial no país, e as atitudes e aspirações dos inquiridos. Também devido ao facto de a identidade dos inquiridos permanecer anónima, esta sondagem vai além dos resultados habitualmente fornecidos por outros inquéritos ou estatísticas oficiais dos governos nacionais, permitindo nomeadamente perceber a expressão da economia informal dentro de um país, informação que é de particular importância nas economias de rendimento baixo. Tal é possível porque esta sondagem analisa os comportamentos individuais, desde a vontade de iniciar um negócio à facilidade/dificuldade de o manter e desenvolver.



Auscultação a especialistas nacionais

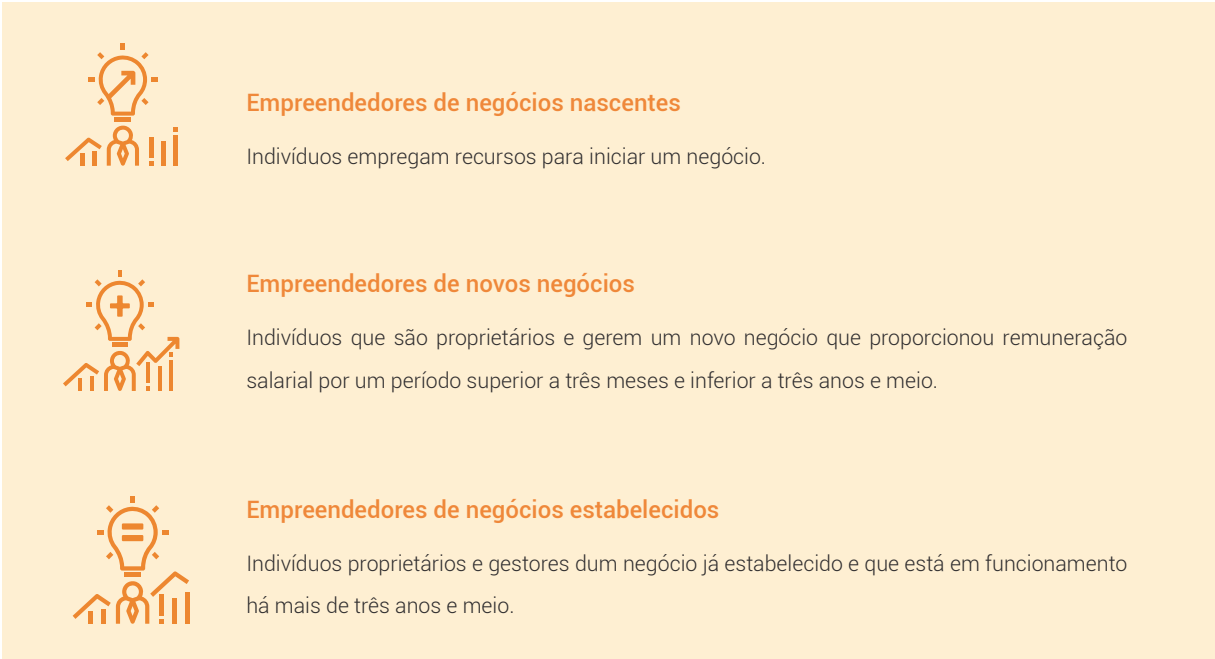
A auscultação a especialistas nacionais pretende recolher informação sobre as condições específicas de cada país que facilitam ou limitam a atividade empreendedora, a partir do olhar crítico de quem tem experiência nacional e internacional em empreendedorismo. Esta auscultação é feita a pelo menos 37 especialistas por país, que fornecem informação sobre diversos tópicos, nomeadamente acesso a financiamento e programas governamentais de apoio, condições das infraestruturas físicas disponíveis e normas culturais. O conjunto destes tópicos é designado por “Condições Estruturais do Empreendedorismo” (CEE). A avaliação da adequação das CEE em cada país pelos especialistas permite, assim, uma análise das respostas que os empresários em geral e os governos em particular têm oferecido perante as oportunidades e desafios do empreendedorismo, quer ao nível nacional, quer ao nível global.



Enquadramento conceptual

Nos estudos GEM, o termo *empreendedorismo* é definido "**como qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou nova iniciativa, tal como emprego próprio, nova organização empresarial ou expansão de um negócio existente, por um indivíduo, conjunto de indivíduos ou empresas estabelecidas**"¹.

Tendo em conta esta definição basilar, a recolha de dados do GEM abrange todo o ciclo de vida do processo empreendedor. A unidade de análise são os indivíduos envolvidos nas **diferentes fases da atividade empreendedora**.



The infographic is set against a light orange background and contains three distinct sections, each with an icon and a text block. The icons consist of a lightbulb with a specific symbol inside, a house, a person, and a bar chart. The first section features a lightbulb with an upward-pointing arrow. The second section features a lightbulb with a plus sign. The third section features a lightbulb with an equals sign.

- Empreendedores de negócios nascentes**
Indivíduos empregam recursos para iniciar um negócio.
- Empreendedores de novos negócios**
Indivíduos que são proprietários e gerem um novo negócio que proporcionou remuneração salarial por um período superior a três meses e inferior a três anos e meio.
- Empreendedores de negócios estabelecidos**
Indivíduos proprietários e gestores dum negócio já estabelecido e que está em funcionamento há mais de três anos e meio.

Quando avaliadas em conjunto, as taxas de prevalência de empreendedores de negócios nascentes e de empreendedores de novos negócios fornecem dados sobre o nível de atividade empreendedora *early-stage* (ou seja, em fase de arranque) num dado país.

Este nível de atividade empreendedora *early-stage* revela-se importante por várias razões. Quando comparado com a taxa de prevalência de empreendedores de negócios estabelecidos, é um indicador das dificuldades a que os empreendedores emergentes estão sujeitos.

Quando, numa economia, há, por exemplo, um fosso acentuado entre uma taxa elevada de empreendedores *early-stage* e uma taxa relativamente baixa de empreendedores de negócios estabelecidos, temos a indicação de que iniciar um negócio é relativamente fácil, mas mantê-lo e desenvolvê-lo, não. Por outro lado, se o nível *early-stage* e o nível de empreendedores de negócios estabelecidos estão relativamente baixos, então o mercado mostra pouco dinamismo. Noutro cenário, quando existem valores baixos de empreendedorismo *early-stage* e taxas de negócios

¹ GEM (2021). "How GEM defines entrepreneurship". <https://www.gemconsortium.org/wiki/1149>

estabelecidos altas, podemos antecipar pouca possibilidade de penetração de mercado para novos intervenientes. Documentando as dinâmicas entre as taxas de prevalência de empreendedores nas diferentes fases da atividade empreendedora, o GEM fornece dados que, quando combinados com a análise

dos especialistas sobre as condições facilitadoras ou inibidoras do empreendedorismo, permitem pensar em novas configurações favoráveis à atividade empreendedora, ao dinamismo do mercado e à transformação e evolução das economias.

A Figura 1 sintetiza as fases da atividade empreendedora e os indicadores utilizados pelo GEM.

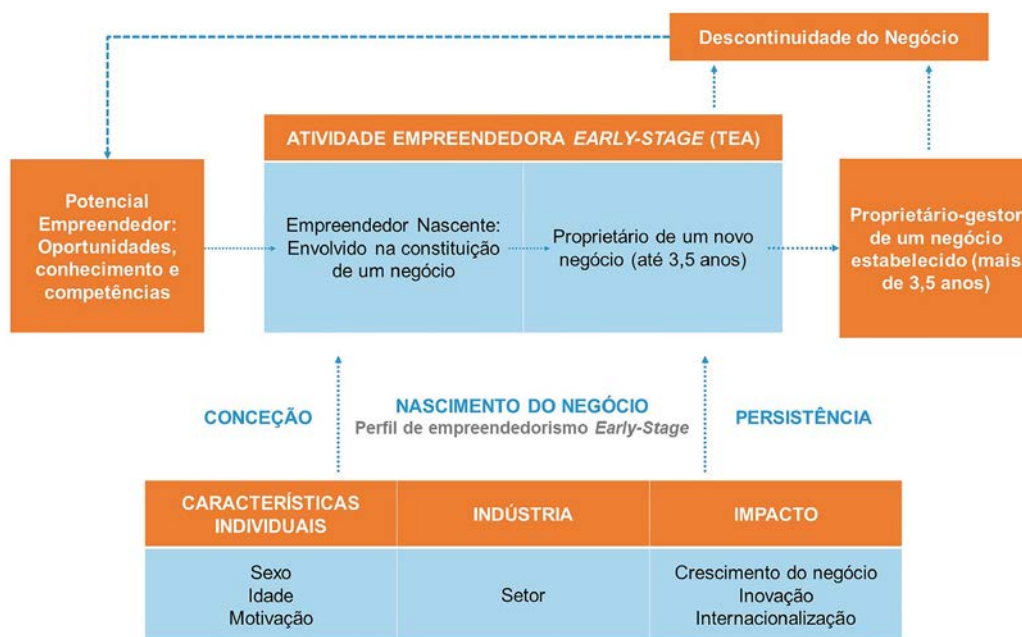


Figura 1. Modelo conceitual do GEM

O GEM foi conceptualizado reconhecendo a interdependência que existe entre a atividade empreendedora, o contexto específico do país, o desenvolvimento económico e a transformação social. Assim, o estudo identifica condições que encorajam ou dificultam a atividade empreendedora, fornece dados que permitem relacionar a atividade empreendedora e o desenvolvimento económico, e correlaciona medidas políticas e atividade empreendedora.

As taxas de prevalência da atividade empreendedora são analisadas no contexto complexo das relações entre valores sociais, atributos pessoais, e medidas governamentais e institucionais de apoio ao empreendedorismo. A atividade empreendedora é, em suma, o resultado de uma intenção dum indivíduo, da sua capacidade de responder a uma oportunidade que

ajude a concretizar essa intenção, e das condições específicas do seu meio, que facilitam ou não a concretização dessa intenção. Assim, entende-se que o meio influencia a atividade empreendedora. Por outro lado, deve considerar-se igualmente o modo como a atividade empreendedora transforma o meio.

O empreendedorismo bem-sucedido estimula o desenvolvimento económico, gera emprego e transformação social. O valor acrescentado de cada uma das novas iniciativas empreendedoras, os rendimentos a partir delas gerados, as competências melhoradas dos empreendedores são fatores capazes de realimentar um novo ciclo de impulsos empreendedores, tornando a economia dinâmica, tanto quanto possível adaptada às necessidades das pessoas que dela fazem parte e aspirando à justa distribuição das riquezas.

GEM Angola 2020/2021

O estudo GEM Angola 2020/2021 marca a 8.^a edição do GEM no país, que teve início em 2008. Ao longo de mais de uma década, a atividade empreendedora angolana tem sido comparada com as de outros países, quer africanos, quer de outros continentes. Por outro lado, Angola é também perspetivada a partir de um olhar comparativo entre as economias de diferentes níveis de rendimento. Nesse sentido, a análise do empreendedorismo em Angola tem sido colocada em perspetiva com as de outras economias de rendimento baixo, grupo em que se insere o país, mas igualmente com as médias das economias de rendimento médio e de rendimento elevado.

As fontes utilizadas para a elaboração do GEM Angola 2020/2021 foram as seguintes:

- Sondagem à população adulta, junto de 2.000 indivíduos com idades compreendidas entre 18 e 64 anos, residentes em Angola (Cabinda, Benguela, Luanda, Huambo, Huíla, Uíge, Cuanza Sul, Malanje, Moxico e Cunene), utilizando um questionário padronizado para todos os países envolvidos na edição GEM Global 2020/2021;

- Auscultação a 37 especialistas nacionais ligados ao empreendedorismo no país, utilizando as 11 CEE definidas pelo consórcio de investigação GEM;
- Estudo *GEM 2020/2021 Global Report*, publicado pela organização GERA, em 2021;
- Fontes externas devidamente indicadas ao longo do presente estudo.

As economias que participaram no GEM 2020/2021 Global Report e cujos resultados são também considerados no presente estudo são indicadas na Tabela 1.

Angola insere-se nas economias de rendimento baixo.

Economia de rendimento alto	Economia com um PIB per capita anual igual ou superior a 12.535 USD
Economia de rendimento médio	Economia com um PIB per capita anual entre 4.046 USD e 12.535 USD
Economia de rendimento baixo	Economia com um PIB per capita anual inferior 4.045 USD

A classificação adotada pelo GEM Global 2020/2021 baseia-se na análise do Banco Mundial para o ano fiscal de 2020.





<https://bit.ly/3qqVrCU>

Tabela 1. Economias participantes no GEM 2020/2021

Regiões	Economias de rendimento baixo	Economias de rendimento médio	Economias de rendimento elevado
África e Médio Oriente	Angola, Marrocos, Egipto, Burquina Faso, Togo	Irão	Israel, Emirados Árabes Unidos, Omã, Catar, Arábia Saudita, Kuwait
Ásia Central e Oriental	Índia	Indonésia, Cazaquistão	Taiwan, República da Coreia
América Latina e região das Caraíbas		Brasil, Guatemala, Colômbia	Uruguai, Chile, Panamá
Europa e América do Norte		Federação Russa	Itália, Polónia, Alemanha, Espanha, Chipre, Eslovénia, Áustria, Suécia, Estados Unidos, Noruega, Reino Unido, Luxemburgo, Grécia, Suíça, Países Baixos, Croácia, República Eslovaca, Letónia, Canadá

O presente estudo apresenta os resultados para o caso angolano dos indicadores-chave utilizados pelo GEM. Os indicadores da metodologia GEM permitem, como explicado anteriormente, medir o impulso empreendedor da população em Angola, bem como perceber a qualidade do ecossistema do empreendedorismo no país. Alguns dos indicadores utilizados no GEM Angola 2020/2021 são destacados abaixo.

Analizamos os atributos individuais e os valores sociais

Captação de oportunidades	Impulso empreendedor	Perceção do risco	Opção de carreira
Percentagem da população adulta que considera existirem boas oportunidades para iniciar um negócio na região onde vive.	Percentagem da população adulta que pretende iniciar um negócio nos próximos três anos.	Percentagem da população adulta cujo receio face à possibilidade de insucesso os previne de iniciar um negócio.	Percentagem da população adulta que considera o empreendedorismo uma opção profissional viável.
			

Avaliamos a percentagem de empreendedores angolanos em cada uma das fases

Atividade empreendedora *early-stage* (TEA)

Este indicador, que inclui a percentagem de empreendedores de negócios nascentes e de novos negócios, é detalhado com informação relacionada com a motivação (oportunidade vs. necessidade), questões de inclusão social (sexo e idade dos empreendedores), impacto (crescimento do negócio relativamente à capacidade de gerar emprego, de integrar serviços e produtos inovadores, e internacionalização dos negócios) e distribuição por sectores.

Atividade empreendedora de negócios estabelecidos

Este indicador tem em conta a percentagem de proprietários e gestores de negócios estabelecidos. Este indicador tem especial importância quando analisado em perspetiva com a taxa de TEA.

Quantificamos a qualidade das condições estruturais do empreendedorismo em Angola

A auscultação aos especialistas angolanos fornece dados sobre a qualidade das condições estruturais do empreendedorismo no país. Na edição de 2020/2021, foram avaliadas **11 condições estruturais**:

- Financiamento
- Políticas governamentais
- Programas governamentais
- Educação e formação
- Transferência de I&D
- Infraestrutura comercial e serviços
- Abertura do mercado
- Infraestruturas físicas
- Normas sociais e culturais
- Reatividade e reinvenção do empreendedorismo
- Impacto da COVID-19 nas políticas governamentais





MAPEAMENTO DO EMPREENDEDORISMO EM ANGOLA

MAPEAMENTO DO EMPREENDEDORISMO EM ANGOLA

Como é visto o empreendedorismo em Angola?

➤ Boa saída profissional, estatuto social elevado e atenção mediática

As atitudes e percepções sociais são um dos fatores que incentiva ou inibe a atividade empreendedora num país. As percepções mais ou menos positivas que a sociedade demonstra em relação à atividade empreendedora têm uma influência direta sobre o impulso empreendedor da população e o tipo de apoios disponibilizados para o empreendedorismo.

A sondagem à população analisa a percepção social relativamente ao empreendedorismo a partir de três ângulos: se o empreendedorismo é uma boa opção profissional, se aos empreendedores é atribuído um estatuto social elevado, e se os empreendedores recebem atenção mediática.

Ser empreendedor é uma boa opção profissional?

74% da população adulta angolana acredita que sim.

Em Angola, os empreendedores de sucesso têm um estatuto social elevado.

85% da população adulta angolana concorda com esta afirmação.

Os empreendedores recebem atenção mediática?

72% da população adulta angolana considera que sim.

Esta secção apresenta a situação atual do panorama do empreendedorismo em Angola, com base nos dados de 2020 da sondagem à população adulta. Estes dados são comparados com os de anos anteriores sempre que relevante. São analisados os resultados dos indicadores que permitem perceber como é visto o empreendedorismo pela sociedade angolana, quem são os novos empreendedores do país, quais as possibilidades de manter negócios sustentáveis e competitivos, e qual o impacto do empreendedorismo no país.

De modo geral, a região de África e Médio Oriente tem uma pontuação alta na dimensão das percepções sociais. Especificamente no caso angolano, o empreendedorismo não é apenas considerado uma boa opção de carreira profissional, mas é também alvo de atenção mediática e de reconhecimento social, como se vê pelos números acima mencionados.

Importa também referir que as percepções da população angolana não divergem daquilo que é visto na maior parte dos outros países analisados no *GEM 2020/2021 Global Report*. De facto, todas as economias revelam a atribuição de um estatuto social elevado aos empreendedores, e mais de 60% da população inquirida de todos os países concorda que o empreendedorismo é uma boa saída profissional.



Avaliamos a percentagem de empreendedores angolanos em cada uma das fases do negócio

Outros critérios importantes para analisar a auto percepção dos empreendedores têm a ver com o que estes pensam acerca da existência ou não de boas condições para o empreendedorismo, se consideram ou não ter as competências necessárias para iniciar um negócio, e se demonstram ou não receio quanto à possibilidade de insucesso.

Em Angola, 76% da população considera que teria boas condições para iniciar um negócio na sua área de residência, nos próximos seis meses. Por outro lado, mais de 80% da população acredita ter as competências

e o conhecimento necessários para iniciar um negócio. No entanto, relativamente ao receio de insucesso, que tem sido tendencialmente baixo no caso angolano, importa notar que este indicador não apresentava valores tão elevados desde 2014. De facto, a crise pandémica, como se irá ver ao longo deste estudo, influenciou claramente, neste último ano, alguns dos indicadores. A percentagem da população angolana que considera que o risco de insucesso impede o início de um possível negócio voltou, em 2020, a níveis que já não eram esperados, considerando os valores verificados em 2016 e 2018.

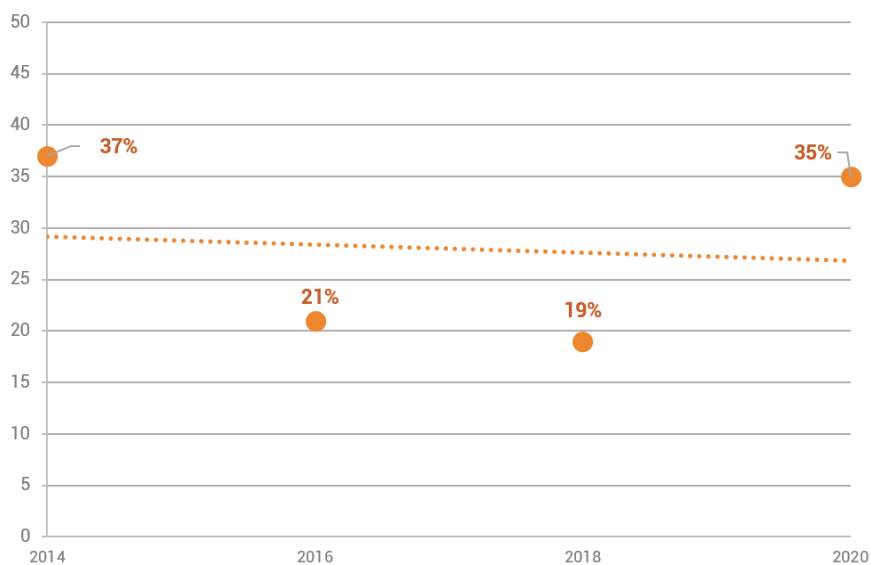


Figura 2. Percentagem da população angolana que considera que o risco de insucesso impede o início de um possível negócio

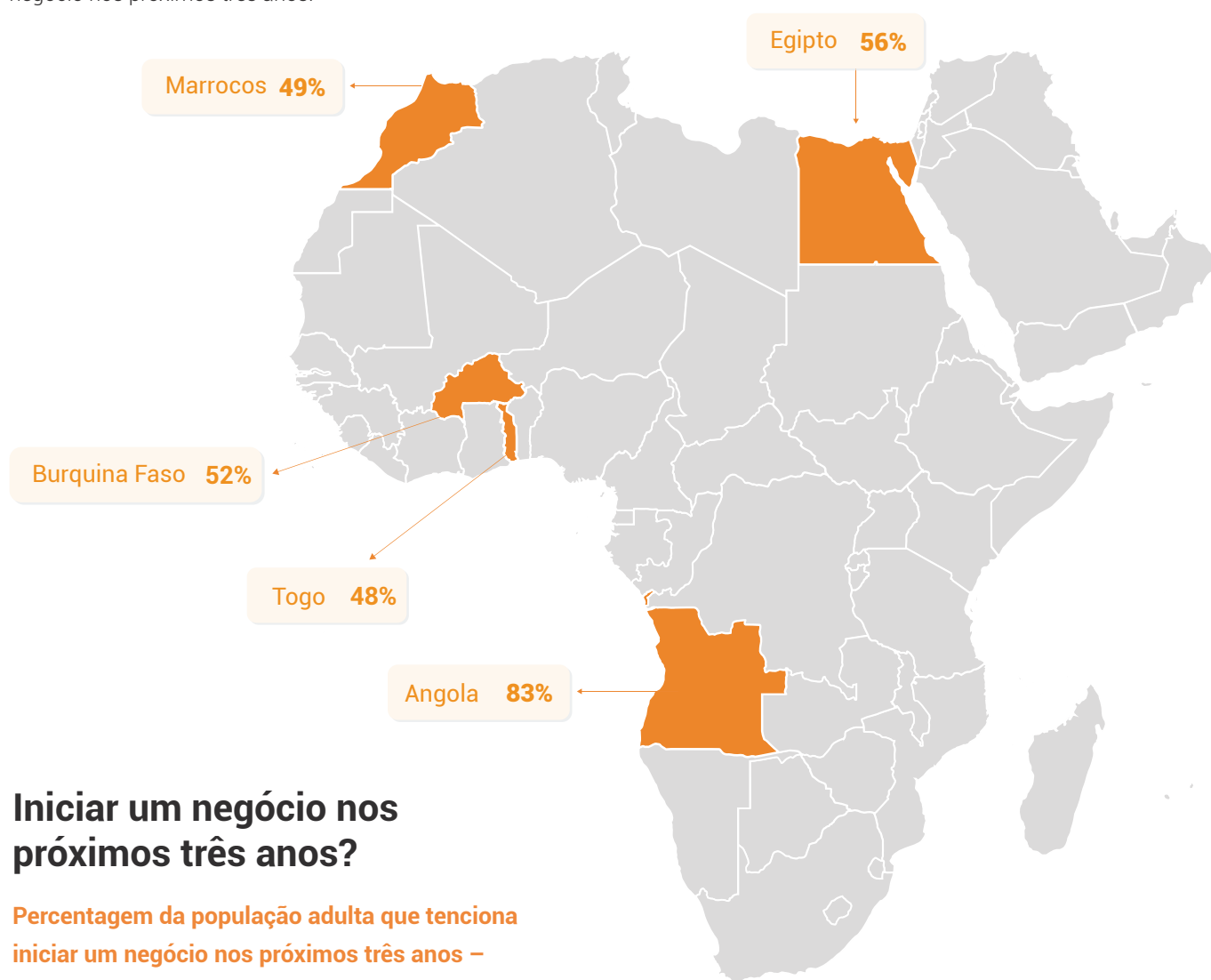
Como se vê na Figura 2, a percepção do risco de insucesso aumentou face aos anos imediatamente anteriores. Em 2020, 35% da população entende que a percepção do risco é impeditiva da abertura de um negócio. Como indica a linha de tendência, o valor de 2020 está próximo do de 2014, tendo havido um aumento de 84% na percepção do risco de 2018 para 2020.

Este indicador mostra claramente que os angolanos estão mais sensíveis à possibilidade de um negócio falhar, mesmo que existam boas condições para o seu início e não obstante o facto de a maior parte da população considerar ter as competências necessárias para iniciar a sua atividade empreendedora.

Iniciar um negócio nos próximos três anos?

Apesar de se verificar um aumento na perceção do risco, a intenção de iniciar um negócio continua a ser mais elevada entre a população angolana do que em qualquer outra dos países analisados pelo *GEM 2020/2021 Global Report*. Os dados de 2020 indicam que 83% da população adulta tenciona iniciar um negócio nos próximos três anos.

Este impulso empreendedor sobressai ainda mais quando comparado com o dos países que apresentam os valores mais altos depois de Angola: 59%, no caso do Cazaquistão, e 58% no caso do Kuwait. Os países que apresentam valores mais baixos rondam os 4%.



Iniciar um negócio nos próximos três anos?

Percentagem da população adulta que tenciona iniciar um negócio nos próximos três anos – países africanos

Angola apresenta um valor substancialmente mais elevado do que qualquer um dos outros países analisados e da média das regiões.

Mesmo relativamente à média da região africana, cujo valor é 58% e o mais elevado entre as médias das regiões, Angola destaca-se claramente, com uma diferença de 25 pontos percentuais.

Dois em um: ganhar a vida e fazer a diferença no mundo

Qual a razão que leva um empreendedor a iniciar um negócio? O modelo conceptual do GEM atribui grande relevância aos empreendedores em fase de arranque, aqueles envolvidos em negócios nascentes ou novos negócios, identificados pelo GEM como empreendedores *early-stage*.

Uma das questões para as quais interessa ter resposta é: qual a motivação dos empreendedores *early-stage*? A decisão de iniciar um negócio prende-se com uma série de fatores, nomeadamente confiança no futuro e nas nossas próprias capacidades, capacidade e/ou necessidade financeira, e motivação pessoal, influenciada por aspetos de vária ordem.

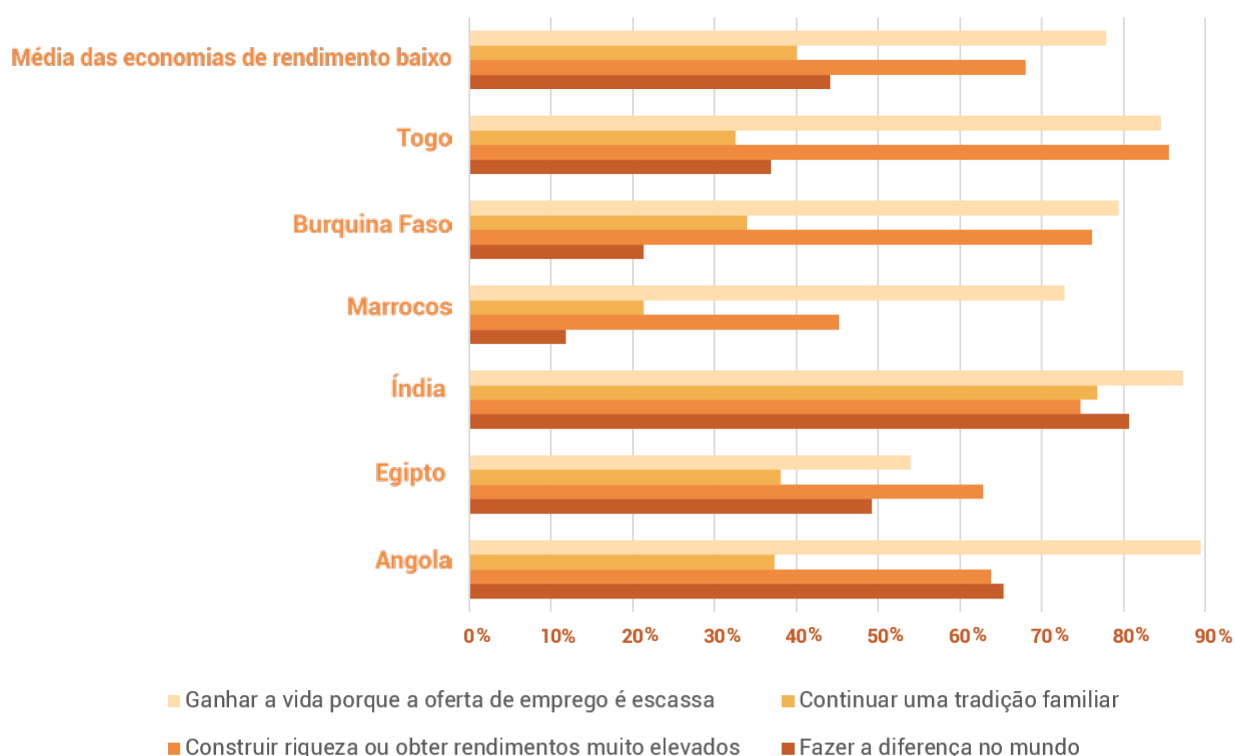


Figura 3. Motivação para a criação de um negócio (% de empreendedores *early-stage*) – dados das economias de rendimento baixo

Os empreendedores *early-stage* de Angola apontam como motivação principal “ganhar a vida porque a oferta de emprego é escassa”, seguida de outras duas razões: “fazer a diferença no mundo” e “construir riqueza ou obter rendimentos muito elevados”.

De acordo com os dados da Figura 3, três países africanos têm como primeira motivação “ganhar a vida porque a oferta de emprego é escassa” (Angola, Marrocos e Burquina Faso), enquanto dois outros

indicam a opção “construir riqueza ou obter rendimentos muito elevados” (Egípto e Togo). Por outro lado, nenhum dos outros países africanos evidencia tanto interesse pela opção “fazer a diferença no mundo” como Angola. Apenas a Índia, outra economia de rendimento baixo, apresenta essa opção como a segunda razão para os seus empreendedores *early-stage* terem iniciado um negócio em 2020.

A média de respostas das economias de rendimento baixo revela, sem surpresas, que as principais razões para se iniciar um negócio estão relacionadas com a necessidade: é preciso engendrar soluções, quando a oferta de emprego é escassa; é preciso obter rendimentos elevados e criar riqueza, quando o PIB *per capita* é baixo. Perante esta média, no entanto, é interessante perceber que os empreendedores angolanos que iniciaram negócios em 2020 deram

grande importância à possibilidade de “fazer a diferença no mundo”. Numa altura em que se discute cada vez mais a possibilidade de se criarem negócios rentáveis que refletem preocupações sociais e ambientais, os empreendedores angolanos parecem estar a par de uma tendência sensata que quer o melhor de dois mundos: manter negócios rentáveis e, através deles, transformar o mundo em que vivemos.

É fácil começar-se um negócio em Angola?



70% da população adulta angolana considera fácil iniciar um negócio no seu país.

Este valor coloca Angola ao lado de economias como:

- O Reino Unido (70%);
- Os Emirados Árabes Unidos (70%);
- Os Estados Unidos da América (69%) ou;
- O Omã (68%).

Neste indicador, Angola situa-se, assim, ao lado de economias de rendimento alto.



Quem são os novos empreendedores angolanos?

➤ Taxa de atividade empreendedora *early-stage* (TEA)

A taxa de atividade empreendedora *early-stage* é um dos mais importantes indicadores analisados pelo GEM. Este indicador mede a percentagem da população adulta de um país (entre os 18 e 64 anos) que participa nas duas primeiras fases da atividade empreendedora, ou seja, a percentagem de indivíduos que se consideram ou *empreendedores de negócios*

nascentes, tendo empregado recursos para iniciar um negócio, ou *empreendedores de novos negócios*, que proporcionaram remuneração salarial por um período superior a três e inferior a 42 meses.

A Figura 4 mostra a percentagem da população adulta em Angola que se considera empreendedor *early-stage*, em 2020 e nos anos anteriores, bem como a taxa de crescimento entre cada um dos anos.

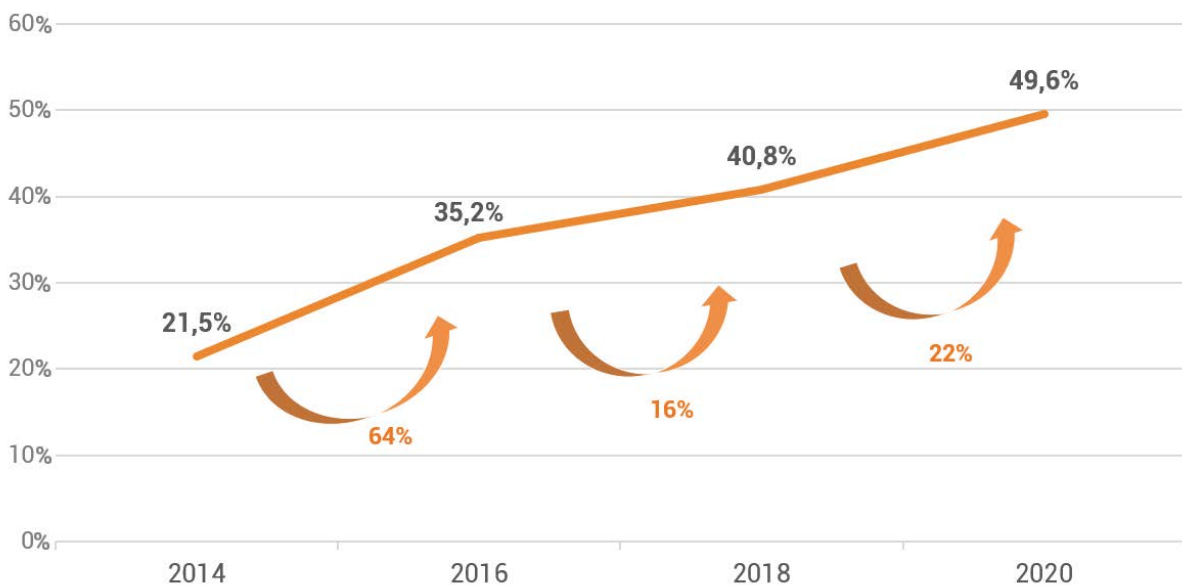


Figura 4. Taxa de atividade empreendedora *early-stage* (TEA) em Angola (2014-2020)

Em 2020, a atividade empreendedora *early-stage* mantém a tendência de crescimento observada nos últimos anos: 49,6% da população adulta considera-se empreendedor *early-stage*. A taxa de crescimento deste indicador de 2018 para 2020 foi de 22%.

Como tem acontecido nos últimos anos, Angola ocupa o primeiro lugar do ranking neste indicador. O país tem a maior percentagem das 43 economias analisadas, registando um valor substancialmente mais alto do que o segundo lugar do *ranking*, também um país africano, o Togo (32,9%) (Figura 5).

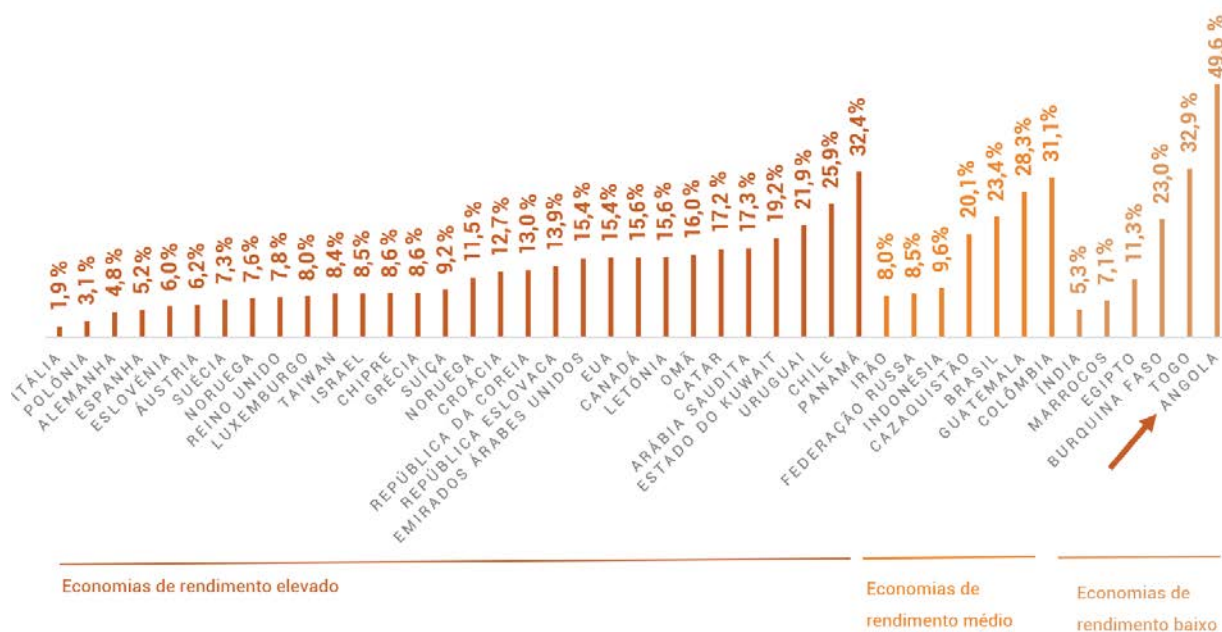


Figura 5. Taxa de atividade empreendedora early-stage 2020 nas 43 economias analisadas (% população adulta)

Os valores médios de 2020 por região geográfica indicam maior atividade empreendedora *early-stage* na América Latina e região das Caraíbas (27,2%), seguida por África e Médio Oriente (18,8%), Ásia Central e Oriental (11,3%) e, finalmente, Europa e América do Norte (8,9%). Se, no entanto, se analisarem os valores médios por tipo de economia, conclui-se que as populações de economias de rendimento baixo têm um impulso empreendedor superior ao das populações de economias de rendimento médio e elevado. Conclui-se igualmente que este impulso tende a ser proporcionalmente inverso ao crescimento económico.

Ou seja, quanto maior o PIB *per capita*, menor o impulso empreendedor *early-stage*, como mostra claramente a Figura 6. Este dado explica por que razão, em plena crise pandémica, o impulso empreendedor em Angola cresce a um ritmo de 22% face ao último ano para o qual existem dados: à medida que o ritmo da economia deprime em economias de já baixo rendimento, a população engendra soluções alternativas, mesmo que, como referido anteriormente, o receio de insucesso seja ainda maior do que no passado. Assim, empreendedorismo e resiliência são palavras complementares no contexto angolano, em 2020.

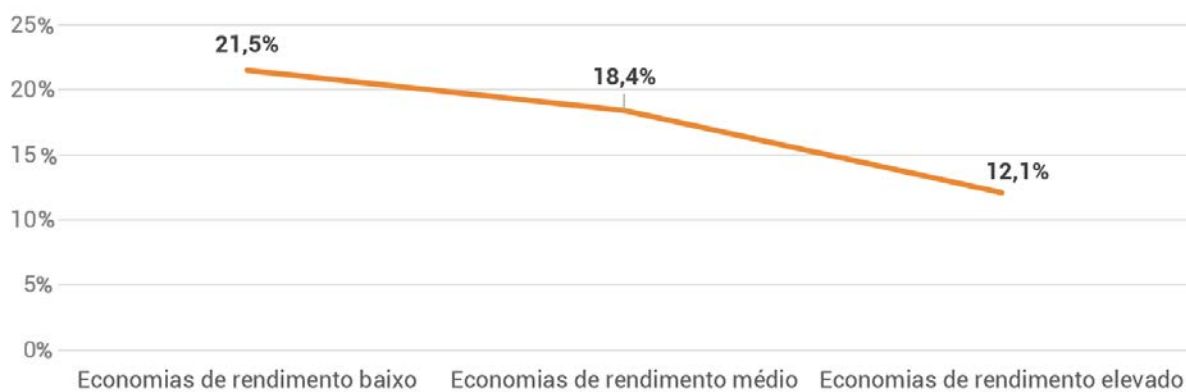


Figura 6. Taxa de atividade empreendedora early-stage 2020 – médias por tipo de economia

Empreendedores (ainda mais) jovens

Cerca de 55% da população angolana com idades compreendidas entre os 25 e 34 anos considera-se empreendedor *early-stage*. Esta faixa etária tem a maior percentagem, seguida da que compreende as idades entre os 18 e 24 anos, com 54%. No caso de Angola, nenhuma das outras três faixas etárias apresenta valores inferiores a 35%.

De facto, o país ocupa o primeiro lugar em todas as faixas etárias, como mostra a Tabela 2.

Relativamente aos dados de anos anteriores, verifica-se um crescimento da taxa de atividade empreendedora *early-stage* em todas as faixas etárias.

Faixa etária	Posição	País / Percentagem de empreendedores <i>early-stage</i> 2020
18 – 24	1	Angola (54,2%)
	2	Togo (34,9%)
25 – 34	1	Angola (55,4%)
	2	Togo (38,6%)
35 – 44	1	Angola (45,2%)
	2	Panamá (37,2%)
45 – 54	1	Angola (41,3%)
	2	Panamá (30%)
55 – 64	1	Angola (37,3%)
	2	Togo (31,1%)

Tabela 2. Percentagem de empreendedores *early-stage* por faixa etária – comparação de resultados entre o 1.º e 2.º lugar do ranking

Os dados relativos a 2014, 2018 e 2020 mostram que a faixa etária com maior atividade empreendedora *early-stage* é a dos 25-34 anos (Figura 7).

A exceção registou-se no ano de 2016, que teve a faixa dos 35-44 anos como a mais ativa.

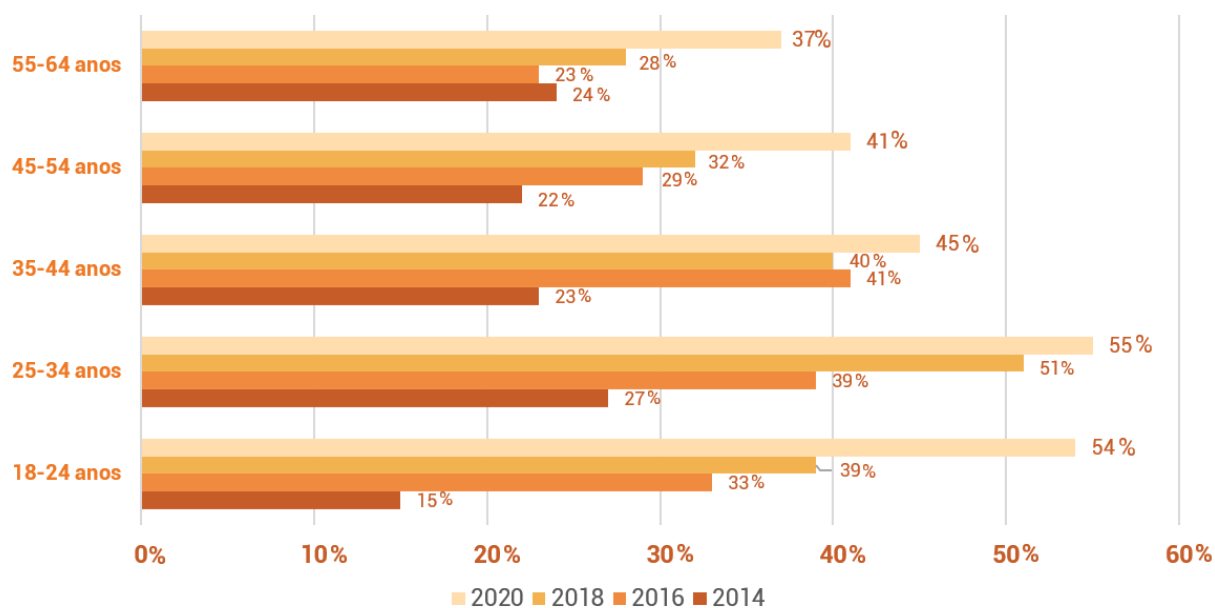


Figura 7. Taxa de atividade empreendedora early-stage por faixa etária (% da população adulta) – Angola 2014-2020

É importante notar que a faixa etária mais jovem (18-24 anos) tem registado o maior crescimento da atividade empreendedora: foi a faixa etária com a menor taxa

de atividade em 2014 (15%) e quase a maior em 2020 (54%), com a diferença de apenas um ponto percentual relativamente à faixa etária dos 25-34 anos (55%).

Mudança clara nos últimos dois anos

A mudança rápida no ecossistema angolano tem sido clara, sobretudo nos últimos dois anos. A propósito da apresentação do GEM Angola 2018/2019, os autores deste relatório fizeram um levantamento de entidades angolanas ativas no ecossistema do empreendedorismo e, já nessa apresentação, se procurou sublinhar a transformação significativa que está a ocorrer, tendo-se identificado várias *start-ups*; incubadoras, aceleradoras e espaços de *co-working*; nova legislação e programas de apoio ao empreendedorismo; e fontes de investimento.



Um ecossistema mais jovem

O número de *start-ups* oriundas de África tem crescido consideravelmente nos últimos anos. Angola não se desvia desta tendência, verificando-se que o dinamismo das novas *start-ups* está relacionado com a presença cada vez mais expressiva de empreendedores jovens (entre os 18 e os 34 anos).

Os fundos de investimento africanos têm ajudado a alavancar os projetos destes empreendedores jovens. Os fundos são públicos (de entidades nacionais ou provenientes de ajuda externa, nomeadamente europeia) e privados (há cada vez mais redes de *business angels*, por exemplo).

O apoio institucional aos empreendedores é também bastante significativo, identificando-se incubadoras e aceleradoras de referência no contexto angolano (Founder Institute, Orange Corners Angola, Acelera Angola, Fábrica de Sabão, Bantu Makers, Incuba Angola, Disruption Lab e Associação Start-up Angola). O investimento em *Fintech* destaca-se. Crescem *start-ups* e empresas ligadas a aplicações *mobile* e outro tipo de *softwares* e plataformas, seja nas áreas de educação, saúde, logística, retalho ou outras (RH Simples, Whata Kids, SSD, Appy Saúde, Angola2Learn, MenosFios, Tupuca, Nawabus e My Imóvel são alguns exemplos).



Mais empreendedoras do que empreendedores

Num período em que se discute cada vez mais a participação social dos jovens e o acesso equitativo a oportunidades para homens e mulheres, Angola destaca-se das outras economias analisadas, não apenas por registar uma grande participação dos mais jovens na atividade empreendedora, mas também por ser o único país a registar, em 2020, uma percentagem da atividade empreendedora das mulheres superior a

40% (o país com a segunda classificação mais alta é o Togo, com 36%). Aliás, Angola tem a maior percentagem de empreendedoras *early-stage* (51%) e, internamente, essa percentagem é superior à de empreendedores *early-stage* (48%). Como já tinha acontecido em 2016, as mulheres voltam a mostrar uma atividade superior à dos homens (em 2016, tinha-se registado, respetivamente, 36% e 35%).



2020
Empreendedoras **51%**



2018
Empreendedoras **40,7%**



2016
Empreendedoras **36%**



2014
Empreendedoras **20%**



2020
Empreendedores **48%**



2018
Empreendedores **41%**



2016
Empreendedores **35%**



2014
Empreendedores **23%**

Além de Angola, há apenas cinco outros países com mais empreendedoras do que empreendedores *early-stage*. São, por ordem crescente, a Indonésia, o Cazaquistão, o Omã, a Arábia Saudita e o Togo. Talvez contra as expectativas, nenhum destes países pertence à região da Europa e América do Norte. Na verdade, todos eles pertencem às regiões de África e Médio Oriente, e Ásia Central e Oriental. Por outro lado, a percentagem superior de empreendedoras não parece estar diretamente relacionada com o tipo de economia, visto que a lista indicada contém dois países de cada tipo de economia (rendimento elevado, médio e baixo).

É possível admitir que as questões culturais, nomeadamente religiosas, possam ter alguma influência nestes valores, já que à exceção de Angola, todos os outros países com maior percentagem de mulheres são de maioria muçulmana.

A Figura 8 mostra os resultados do indicador para todas as economias africanas analisadas, bem como a média das 43 economias. Dois dos seis países com maior percentagem de empreendedoras do que de empreendedores *early-stage* são africanos (Angola e Togo).

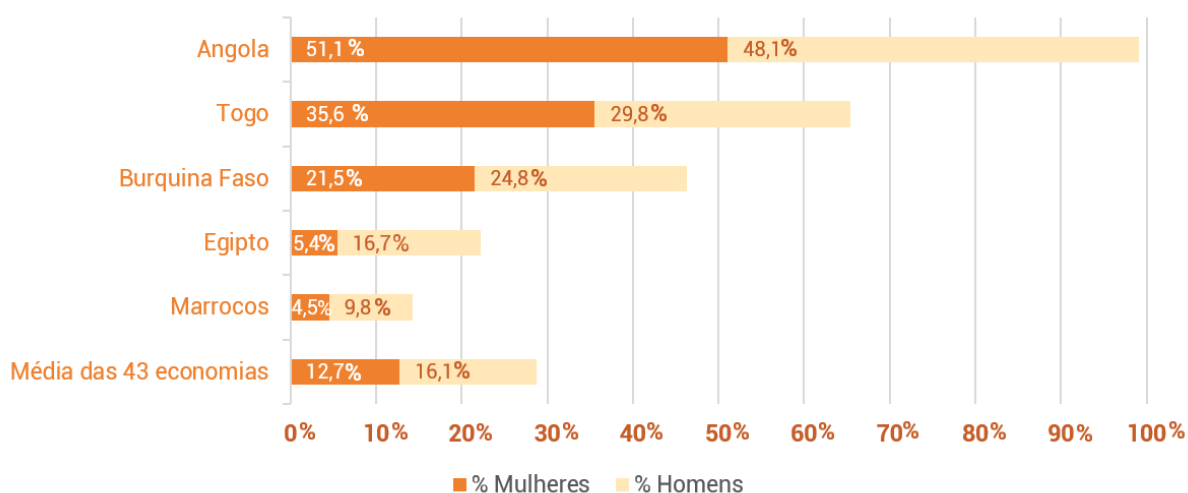


Figura 8. Percentagem da população adulta que se considera empreendedor *early-stage* – distribuição por género



Grau de escolaridade dos empreendedores

Relativamente à distribuição da taxa de atividade empreendedora *early-stage* por nível de escolaridade, em 2020, os dados de Angola apontam para valores superiores no caso dos licenciados comparativamente aos não-licenciados.

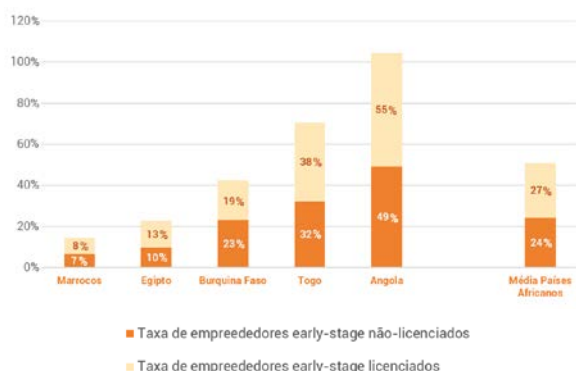


Figura 9. Taxa de atividade empreendedora *early-stage* por nível de escolaridade

Assim, 55% da população licenciada diz estar envolvida num negócio nascente ou num novo negócio, enquanto a percentagem dos não-licenciados ronda os 49%.

A diferença não é substancial e, no caso de Angola, os valores de anos anteriores não têm apontado para uma correlação direta entre nível de educação e atividade empreendedora *early-stage*, embora seja verdade que, em anos anteriores, se verificou menor atividade empreendedora nas pessoas com grau de escolaridade não superior ao ensino básico (2.º e 3.º ciclos).

Em 2020, optou-se por uma avaliação da distribuição da atividade empreendedora *early-stage* apenas comparando empreendedores licenciados e não-licenciados. A Figura 9 mostra que Angola acompanha a tendência da média das economias, que não aponta para diferenças substanciais entre não-licenciados e licenciados.

Empreendedores *early-stage* vs. empreendedores de negócios estabelecidos

Em 2020, a percentagem da população adulta angolana que corresponde a empreendedores de negócios estabelecidos desceu 6% face a 2018, situando-se agora nos 9,2%. A Figura 10 compara as taxas de empreendedorismo *early-stage* e de negócios estabelecidos, de 2014 a 2020. Ao longo dos últimos anos, as duas taxas têm vindo a apresentar uma diferença cada vez maior, como se torna explícito no gráfico de dispersão. A taxa de empreendedorismo *early-stage*, como já se viu anteriormente, é a maior desde 2014, ao passo que a taxa de empreendedorismo de negócios estabelecidos decresceu para valores quase idênticos aos de 2014.

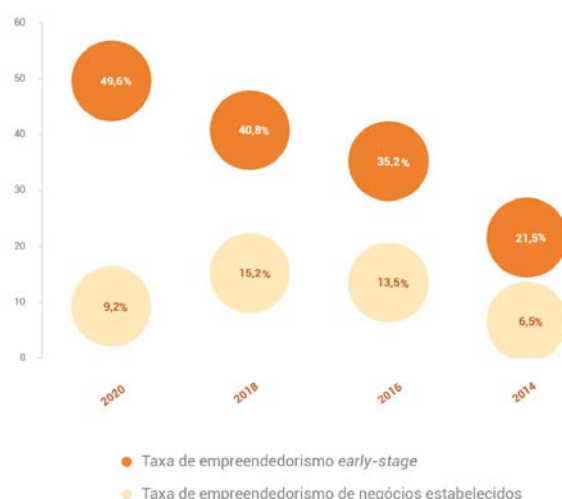


Figura 10. Taxa de empreendedorismo *early-stage* vs. taxa de empreendedorismo de negócios estabelecidos – Angola 2014-2020

Os valores da figura mostram que, ao longo dos anos, o impulso empreendedor da população angolana tem crescido, e que alguns dos negócios em fase de arranque têm sido bem-sucedidos, uma vez que a taxa de negócios estabelecidos também cresce. A exceção regista-se no ano de 2020, sobretudo devido à crise pandémica, como se irá ver mais aprofundadamente nas secções seguintes deste relatório. No último ano, o decréscimo na taxa de negócios estabelecidos sugere que um número expressivo destes negócios, que já tinham ultrapassado as dificuldades da fase de arranque e se mantinham estáveis ou em crescimento, cessou a sua atividade.

Dos países africanos analisados, Angola é o que apresenta uma diferença maior entre a taxa de empreendedorismo *early-stage* e a de negócios estabelecidos. Esta diferença é menos acentuada em Marrocos e no Egito, países que, de entre os africanos, têm a menor taxa de empreendedorismo *early-stage*. Mesmo em relação a todas as economias analisadas em 2020, Angola apresenta a maior diferença entre os dois indicadores. Assim, os valores do país sugerem alguma dificuldade em transformar negócios nascentes e novos negócios em negócios estabelecidos, dificuldade essa que foi substancialmente agravada no ano da crise pandémica.

Por cada cinco novos negócios, quatro não sobrevivem

Ainda comparando as economias africanas, Angola apresenta a segunda maior diferença entre a taxa de atividade empreendedora *early-stage* e a taxa de cessação de negócios (49,6% e 38,7%, respetivamente).

O Togo é o país com a maior diferença, de 24 pontos percentuais. A Figura 11 compara os valores dos diferentes países africanos analisados em 2020.

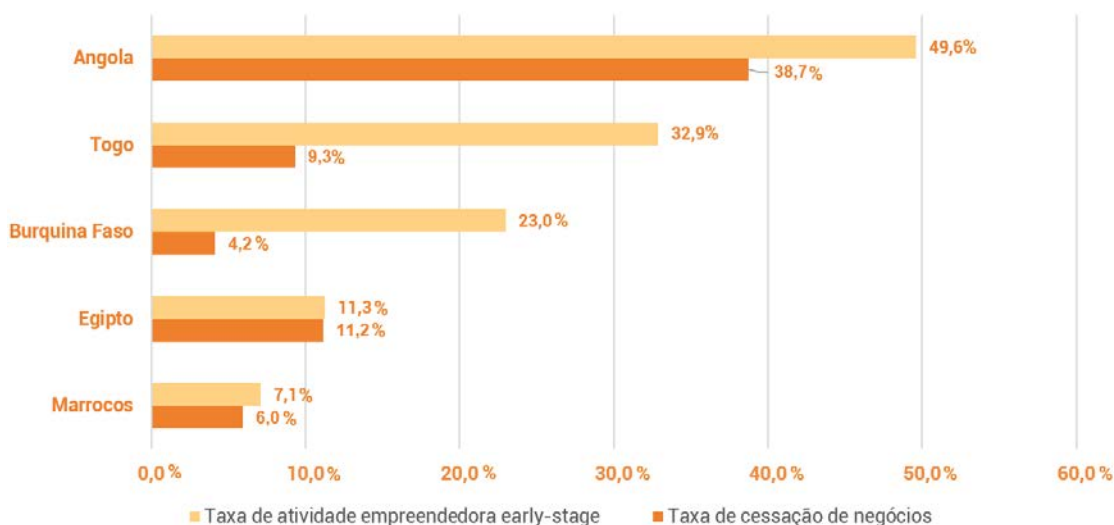


Figura 11. Taxa de cessação de negócios vs. taxa de empreendedorismo *early-stage* 2020 – países africanos

Angola tem uma taxa de atividade empreendedora *early-stage* bastante elevada, mas tem também uma taxa muito elevada de cessação de negócios: no país, por cada cinco negócios iniciados, quatro fecham portas. A taxa de cessação de negócios, no país, cresceu em todos os últimos anos, exceção feita ao ano de 2018. Precisamente quando se assistia a uma tendência positiva, pois verificou-se que em 2018

fecharam menos negócios face a 2016, o ano de 2020 apresenta novamente uma subida da taxa de cessação de negócios, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3. Taxa de cessação de negócios – Angola 2014-2020

2014	2016	2018	2020
15%	29%	26%	39%

Novos produtos, serviços, tecnologias e processos

Uma das questões que importa responder é o que trazem de novo os empreendedores que iniciam atividade num dado país. Trazem novos produtos ou serviços? Ou trazem novidades ao nível tecnológico e dos processos utilizados? E essas novidades são novas na zona geográfica onde se abre o negócio, no país ou

completamente novos, mesmo quando comparados com o que já existe noutros países e regiões?

No caso de Angola, a percentagem da população que inicia um negócio com produtos ou serviços que são novos na sua zona geográfica supera a percentagem que apresenta produtos ou serviços novos no país e no mundo.

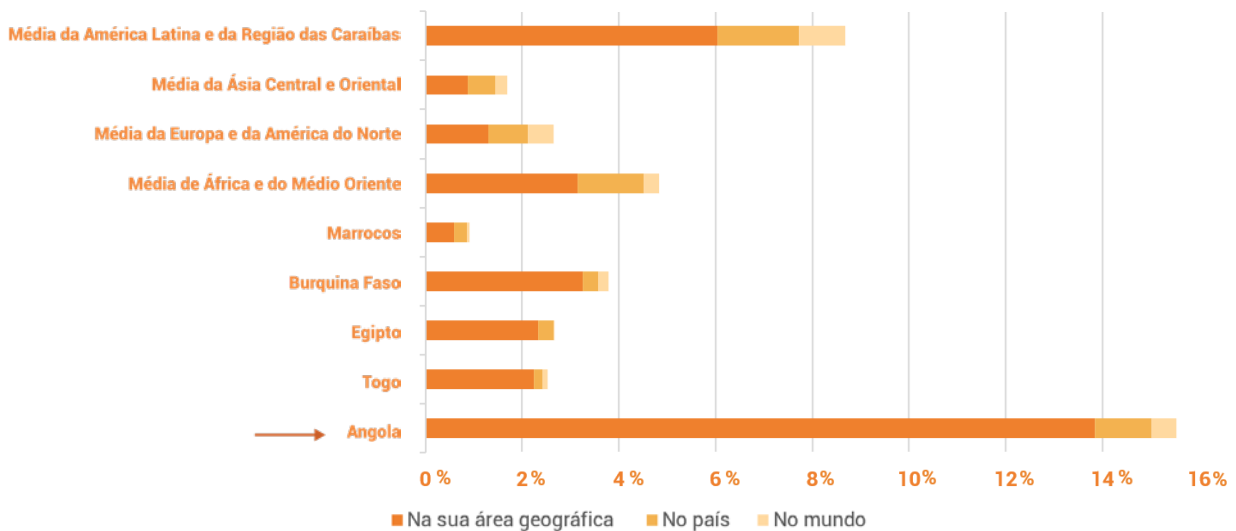


Figura 12. Percentagem de adultos que inicia um negócio com produtos ou serviços que são novos na sua área geográfica, novos no seu país ou novos no mundo

Como indica a Figura 12, em Angola, 14% da população adulta que inicia um negócio considera que apresenta produtos ou serviços novos na sua zona geográfica, 1% no país e 0,5% no mundo. O país segue a tendência, verificada em todas as regiões, de os negócios serem maioritariamente orientados para a apresentação de novidades na área geográfica de enquadramento.

Relativamente à capacidade de inovação em tecnologia ou processos, 7% da população adulta entende que o seu negócio também traz novidades para a sua área geográfica e quase 1% para o país. A Figura 13 mostra ainda que a inovação ao nível da tecnologia e dos processos utilizados é sentida com mais expressão na região da América Latina e das Caraíbas.

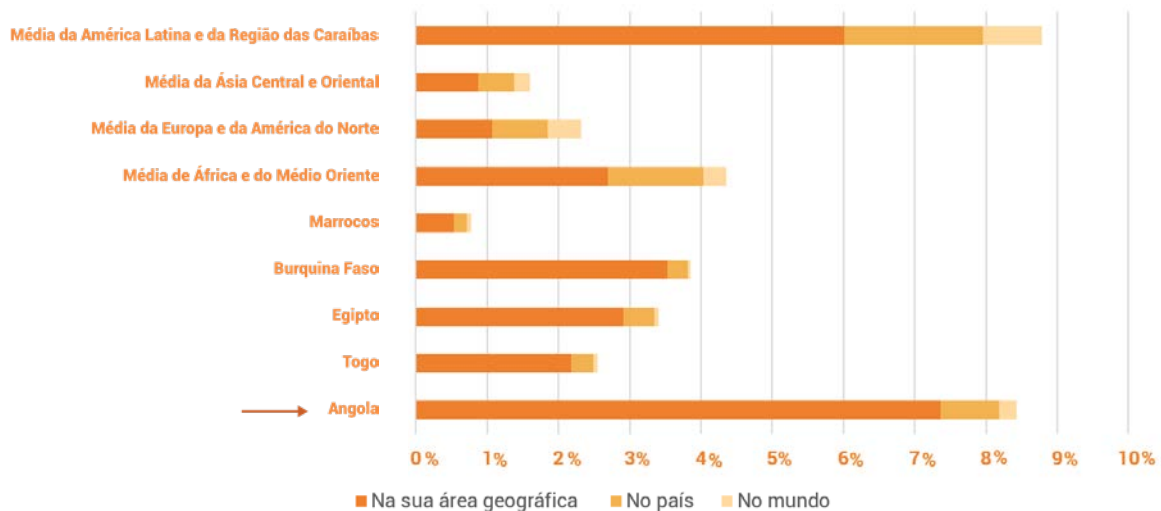


Figura 13. Percentagem de adultos que inicia um negócio com tecnologia ou processos que são novos na sua área geográfica, novos no seu país ou novos no mundo

Sustentabilidade e expansão do negócio - a braços com a pandemia

➤ Pandemia: mais difícil começar e operacionalizar, mas há quem resista

A crise pandémica trouxe alterações substanciais à atividade empreendedora e à experiência dos empreendedores. Ao longo dos anos, Angola tem mostrado sempre um grande impulso empreendedor, mesmo perante algumas adversidades. No contexto da crise pandémica, a percentagem de empreendedores *early-stage* de Angola que responderam que iniciar um negócio em 2020 foi mais ou muito mais difícil do que em 2019 foi 78%. Angola tem, neste indicador, dos valores mais altos, depois do Irão (88%), Indonésia (85%), Índia (80%) e Itália (78%). O país distancia-se também das médias de África e Médio Oriente (62%) e Europa e América do Norte (51%).

78% dos empreendedores considera mais difícil iniciar um negócio

83% dos empreendedores concorda que a pandemia atrasou a implementação dos negócios

*Tabela 4. Percentagem de empreendedores *early-stage* e proprietários de negócios estabelecidos que consideram que as expectativas de crescimento do negócio são inferiores ou bastante inferiores comparativamente ao ano anterior*

	% empreendedores <i>early-stage</i>	% proprietários de empresas estabelecidas
Angola	46	48
Marrocos	51	54
Egipto	66	76
Togo	80	79
Burquina Faso	44	55

A pandemia não trouxe apenas dificuldades à montagem do negócio, mas também à sua operacionalização. 83% dos empreendedores angolanos concorda que a pandemia atrasou a implementação do negócio.

Contudo, neste indicador, Angola apresenta valores semelhantes aos de outros países e até menores, se colocarmos o país ao lado da Arábia Saudita (91%), do Omã (89%), do Estado do Kuwait (87%) ou do Togo (85%). Quer os empreendedores *early-stage*, quer os proprietários de empresas estabelecidas, consideram que a pandemia prejudica as expectativas de crescimento do negócio. 46% dos empreendedores *early-stage* e 48% dos proprietários de negócios estabelecidos concordam que as expectativas de crescimento são inferiores ou bastante inferiores, quando comparadas com as do ano imediatamente anterior. O mesmo é válido para os outros quatro países africanos analisados. Aliás, quando comparada com eles, Angola parece até menos pessimista (Tabela 4).

Os empreendedores angolanos parecem ainda menos pessimistas quando olhamos para um outro indicador: a percentagem de empreendedores *early-stage* que concorda que há novas oportunidades de negócio por causa da pandemia. De facto, são 23% dos empreendedores que concordam com esta afirmação. Isto significa que **um em cada cinco angolanos que está a iniciar um negócio vê novas oportunidades de negócio, não apesar da pandemia, mas por causa da pandemia.**

A adversidade torna-se oportunidade. É assim em Angola como em nenhuma outra das economias analisadas em 2020: Angola tem o valor mais alto neste indicador. Otimismo e resiliência parecem ter sido palavras de ordem para o empreendedor angolano, em 2020. Um outro indicador oferece informação importante relativamente ao impacto da pandemia: 10% dos empreendedores dizem ter cessado negócio em 2020 por causa da pandemia. Neste indicador, Angola tem o valor mais alto da região de África e Médio Oriente. O segundo valor mais alto é do Estado do Kuwait (7%), seguido pela Arábia Saudita (6%) e pelo

Togo (5%). Visto que Angola mostra, neste indicador, ter sofrido mais os impactos da pandemia, e considerando o impulso empreendedor e o espírito de resiliência já atrás assinalado, resta tentar perceber, como se fará à frente, analisando as considerações dos especialistas nacionais, se a extinção desses negócios era ou não evitável. Desde já, pode-se adiantar que os dados analisados até aqui permitem concluir que a resposta dos empreendedores à pandemia é vista, em Angola (mas também, globalmente, como foi assinalado pelo *GEM 2020/2021 Global Report*), como bastante satisfatória.

Cientes locais, nacionais e internacionais

Os negócios africanos continuam a depender de clientes locais e nacionais. A expressão de negócios com clientes internacionais é superior nas regiões da

Europa e América do Norte, e América Latina e Região das Caraíbas, como mostram as médias indicadas na Figura 14, ainda que as diferenças de valores não sejam significativas.

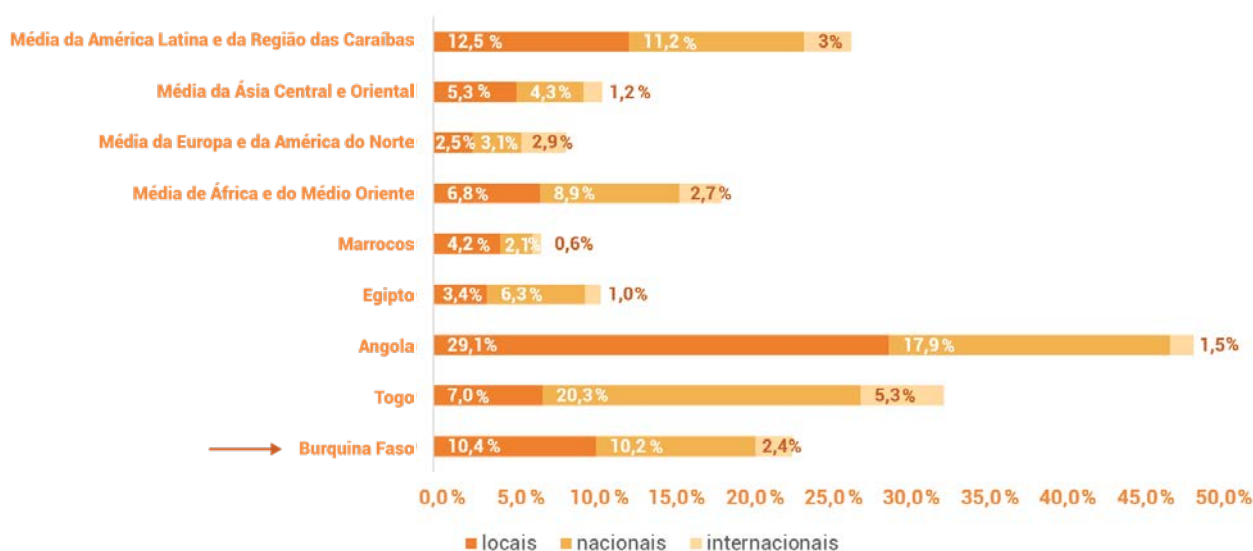


Figura 14. Percentagem de empreendedores *early-stage* cujos clientes são locais, nacionais ou internacionais

Os dados de 2020, mostram que, em Angola, a percentagem de empreendedores *early-stage* cujos clientes são internacionais é baixa. A comparação direta com anos anteriores não é, contudo, possível porque, até 2018, este indicador era formulado de modo ligeiramente diferente. Em 2020, 47% dos empreendedores *early-stage* angolanos diz ter clientes locais e nacionais, e apenas 1,5% indica ter clientes internacionais.

Qual é o impacto do empreendedorismo em Angola?

> Distribuição por setor

O GEM analisa a distribuição da atividade empreendedora pelos **diferentes setores de atividade**. São considerados quatro:



Em Angola, o setor que mais tem beneficiado da atividade empreendedora é o orientado ao consumidor (76,8%), seguido pelo da transformação (16,9%).

Os níveis de empreendedorismo nos dois outros setores considerados são, como se vê na Figura 15, bastante menores.

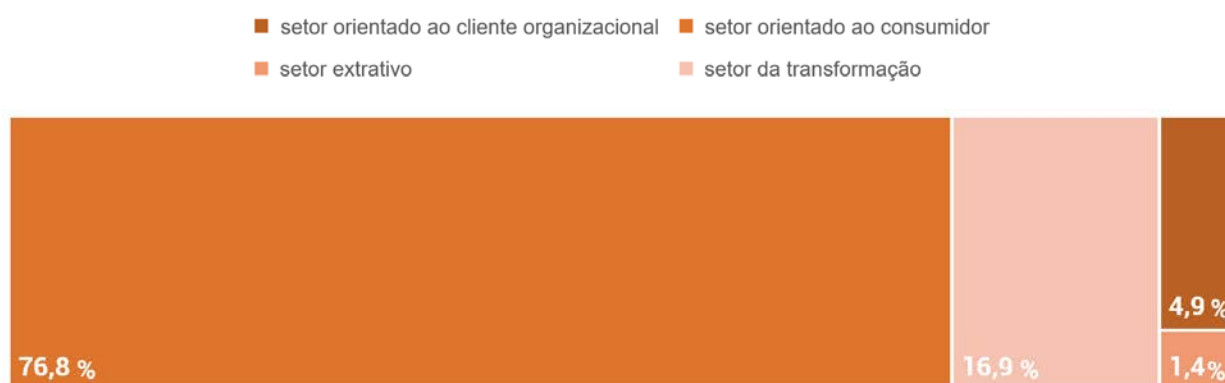


Figura 15. Distribuição da atividade empreendedora em Angola por setor de atividade (2020)

Os resultados de 2020 estão em consonância com os de anos anteriores, que mostraram sempre uma atividade empreendedora superior no setor orientado ao consumidor (em 2018, 77,9%) e no da transformação (em 2018, 15,5%).

Vale ainda a pena notar que o setor orientado ao cliente organizacional tem mostrado um crescimento, ainda que tímido, da atividade empreendedora.

Nos restantes países africanos analisados, verifica-se também uma maior atividade empreendedora no setor orientado ao consumidor, em primeiro lugar, e no da transformação, em segundo lugar.

A Figura 16 apresenta a distribuição da atividade empreendedora por setor em todas as economias africanas analisadas em 2020.

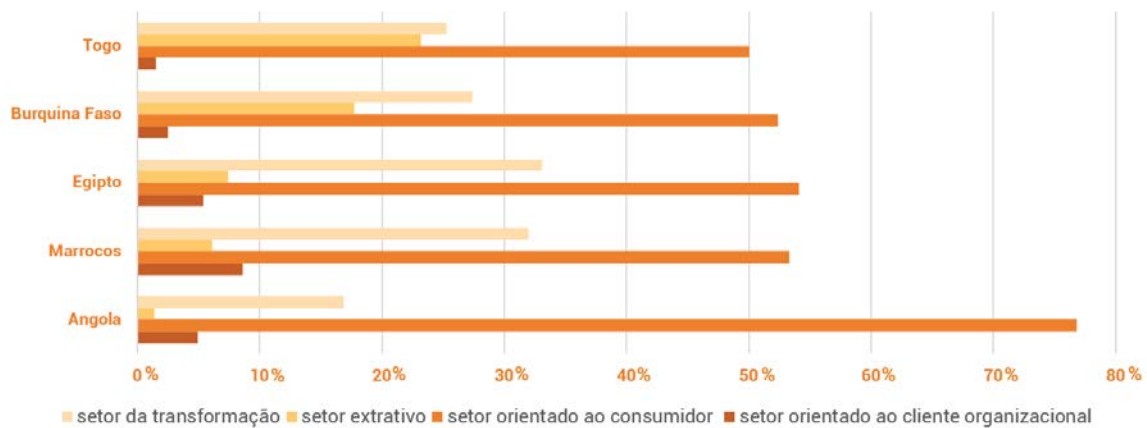


Figura 16. Distribuição da atividade empreendedora por setor de atividade nos países africanos analisados (2020)

Mais emprego?

Um dos indicadores do GEM pretende perceber qual a capacidade de a atividade empreendedora gerar novos postos de trabalho, importante fator para alavancar as economias. Os dados de 2020 (TEA de 49,6% em Angola) indicam que a percentagem de empreendedores *early-stage* que não pretende criar postos de trabalho se situa nos 17,2%, ao passo que 16% pretende criar entre um e cinco postos de trabalho, e outros 16,4% pretendem criar seis ou mais.

Percentagem de empreendedores *early-stage* que pretende criar:

- > 0 postos de trabalho – 17,2%
- > Entre 1 e 5 postos de trabalho – 16%
- > 6 ou mais postos de trabalho – 16,4%



Angola em perspectiva

74% dos angolanos consideram uma **boa opção de carreira** ser-se empreendedor.

Perceção do risco de insucesso aumentou 84% de 2018 para 2020.

Motivações principais dos empreendedores angolanos: **ganhar a vida e fazer a diferença no mundo.**

Taxa da atividade empreendedora cresceu 22% em 2020.

Número crescente de empreendedores entre os **18 e 34 anos de idade.**

Angola é um dos seis países com uma **percentagem de empreendedoras *early-stage* superior à de empreendedores.**

Taxa de negócios estabelecidos decresceu em 2020.

46% dos empreendedores *early-stage* considera que a **pandemia prejudica as expectativas de crescimento** do negócio.

Por cada cinco novos negócios, quatro não sobrevivem.





CARACTERIZAÇÃO DO ECOSSISTEMA DO EMPREENDEDORISMO EM ANGOLA



CARACTERIZAÇÃO DO ECOSISTEMA DO EMPREENDEDORISMO EM ANGOLA

Condições estruturais do empreendedorismo avaliadas em 2020

As condicionantes do contexto, sejam de ordem social, política ou económica, definem o percurso da atividade empreendedora e dos empreendedores. As auscultações aos especialistas centram-se na análise das condições que a conceptualização do GEM definiu como capazes de influenciar significativamente a atividade empreendedora das populações.

Assim, nesta secção, as contribuições dos especialistas angolanos ajudam a perceber a atividade empreendedora observada no país. **Os especialistas nacionais de Angola convidados pelo GEM, em 2020, analisaram as seguintes condições (CEE – Condições Estruturais do Empreendedorismo):**

Financiamento	Disponibilidade de recursos financeiros, capital próprio e fundos de amortização de dívida para empresas novas e em crescimento, incluindo bolsas e subsídios;
Políticas governamentais	Grau em que as políticas governamentais relativas a impostos e regulamentações, bem como a sua aplicação, são neutras no que diz respeito à dimensão das empresas e grau em que estas políticas incentivam ou desincentivam empresas novas e em crescimento;
Programas governamentais	Existência de programas, em todos os níveis de governação (nacional, regional e municipal), que apoiem diretamente negócios novos e em crescimento;
Educação e formação	Grau em que a formação sobre a criação ou gestão de negócios novos e em crescimento é incluída no sistema educativo e formativo, bem como a qualidade, relevância e profundidade dessa educação e formação para criar ou gerir negócios pequenos, novos ou em crescimento;
Infraestrutura comercial e serviços	Influência das instituições e serviços comerciais, contabilísticos e ilegais, que permitem a promoção dos negócios pequenos, novos ou em crescimento;
Transferência de investigação e desenvolvimento (I&D)	Grau em que a I&D a nível nacional conduz a novas oportunidades comerciais, assim como o nível de acesso à I&D por parte de negócios pequenos, novos ou em crescimento;
Abertura do mercado	Grau em que se impede que os acordos e procedimentos comerciais sejam alvo de mudanças e substituições, impossibilitando empresas novas e em crescimento de estar em concorrência e de substituir fornecedores e consultores de forma recorrente;
Infraestruturas físicas	Acesso a recursos físicos (comunicação, transportes, utilidades, matérias-primas e recursos naturais) a preços que não sejam discriminatórios para negócios pequenos, novos ou em crescimento;
Normais sociais e culturais	Grau em que as normas sociais e culturais vigentes encorajam (ou não desencorajam) iniciativas individuais que levam a novas formas de conduzir negócios e atividades económicas e, por sua vez, contribuem para uma maior distribuição da riqueza e do rendimento;
Reatividade e reinvenção do empreendedorismo	Grau de adaptação ou desenvolvimento de novas soluções, produtos e serviços oferecidos pelas empresas face aos efeitos da crise pandémica, e o grau de colaboração das empresas para uma melhor resposta aos desafios da pandemia;
Impacto da COVID-19 nas políticas governamentais	Capacidade de o governo adotar novas medidas de ajuste à realidade transformada pela crise pandémica, capazes de auxiliar a resposta das empresas.

Cada CEE é avaliada recorrendo a um número de indicadores específicos relacionados com o tópico da CEE. Nove das CEE avaliadas são consideradas fundamentais e têm sido sempre consideradas ao longo dos anos, havendo, no entanto, espaço para a inclusão de novas CEE a cada ano, observando o contexto do momento. Assim, em 2020, foram adicionadas duas outras CEE, relacionadas com o momento atual de crise pandémica: i) reatividade e reinvenção do empreendedorismo, e ii) impacto da COVID-19 nas políticas governamentais.

As CEE foram avaliadas por 37 especialistas a partir da utilização de uma escala de Likert de 0 a 10. Os dados de 2020 mostram que as condições mais favoráveis ao empreendedorismo em Angola são a *reatividade e reinvenção do empreendedorismo*, as *normas sociais e culturais*, e a *abertura do mercado*.

Pelo contrário, as condições menos favoráveis ao empreendedorismo são a transferência de I&D, a educação e formação, e as políticas governamentais. Como condições intermédias, que não condicionam tão marcadamente o empreendedorismo, nem positivamente, nem negativamente, aparecem a *infraestrutura comercial e de serviços*, o impacto da COVID-19 nas *políticas governamentais*, o *financiamento*, as *infraestruturas físicas*, e as políticas governamentais. As páginas seguintes analisam os resultados de cada condição estrutural com mais pormenor, oferecendo primeiro uma visão comparativa dos resultados de 2020 a 2014 e, de seguida, a comparação dos resultados de 2020 e 2018 para cada um dos indicadores de cada condição estrutural.

Condições estruturais facilitadoras

Foram consideradas CEE facilitadoras da atividade empreendedora as três que registam uma classificação média mais elevada. Uma das duas condições estruturais introduzidas em 2020, *reatividade e reinvenção do empreendedorismo*, obteve a avaliação mais alta atribuída pelos especialistas.

A segunda apreciação mais positiva foi a condição *normas sociais e culturais*, seguida pela condição *abertura do mercado*.

A Figura 17 mostra os valores médios destas condições em 2020, 2018, 2016 e 2014 (exceto no caso da condição que só foi introduzida neste último ano).

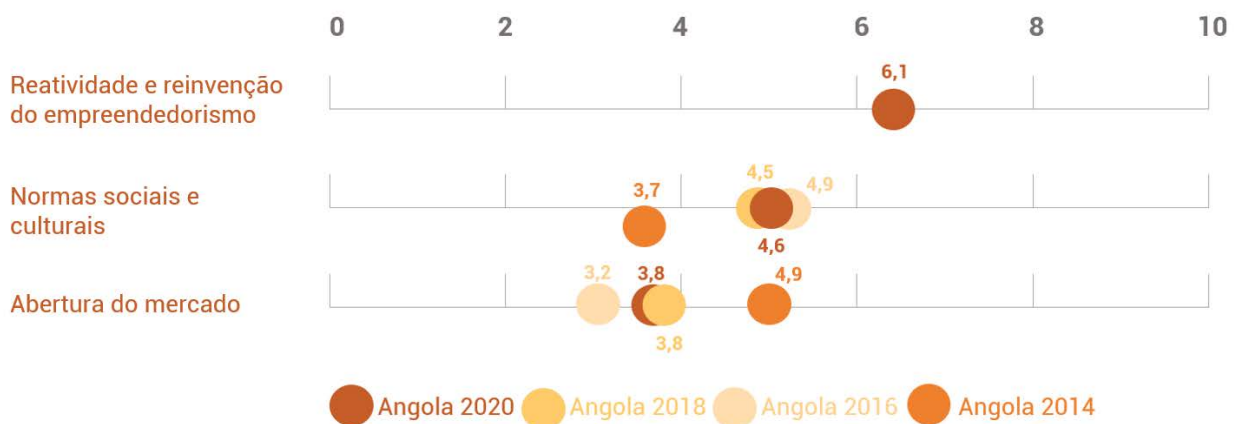


Figura 17. Condições estruturais facilitadoras – classificação média (Angola 2014-2020)

➤ Reatividade e reinvenção do empreendedorismo

Avalia o grau de adaptação ou desenvolvimento de novas soluções, produtos e serviços oferecidos pelas empresas face aos efeitos da crise pandémica, e o grau de colaboração das empresas para uma melhor resposta aos desafios da pandemia.

A Tabela 5 apresenta os indicadores avaliados na condição estrutural *reatividade e reinvenção do empreendedorismo* e as classificações atribuídas pelos especialistas. Como já foi mencionado, tendo esta condição sido introduzida apenas na análise de 2020, não há possibilidade de comparar os valores de 2020 com os de anos anteriores.

Tabela 5. Reatividade e reinvenção do empreendedorismo – classificação por indicador

Indicador	Avaliação Angola 2020
<i>Classificação de 0 (totalmente insuficiente) a 10 (totalmente suficiente)</i>	
Desenvolvimento de novas formas de fazer negócio provocadas pelos efeitos da pandemia COVID-19	6,6
Promoção do teletrabalho como resultado da pandemia COVID-19	6,6
Ajuste da oferta de produtos e serviços como resultado da adaptação à pandemia COVID-19	6,6
Identificação de novas oportunidades devido à pandemia COVID-19	6,4
Aumento da cooperação entre e com empresas novas e em crescimento devido aos efeitos da pandemia COVID-19	5,2
Aumento da cooperação entre empresas para dar resposta a desafios e propostas sociais a nível global	5,2

A condição *reatividade e reinvenção do empreendedorismo* obteve uma classificação relativamente alta, comparando com as classificações que têm sido atribuídas pelos especialistas no contexto angolano a outras condições, ao longo dos anos. Desde 2014, nenhuma CEE tinha sido classificada com um valor superior a 6, à exceção de duas no ano de 2014 (*programas governamentais e infraestruturas físicas*, com respetivamente 6,1 e 7,2).

As classificações mostram que os especialistas consideram que, em 2020 e perante a crise pandémica, as empresas angolanas tiveram uma boa adaptação aos novos desafios e souberam encontrar soluções, quer relativamente à forma de fazer negócio, quer relativamente à sua oferta.

A apreciação dos especialistas corrobora um dos indicadores analisados na secção anterior, que indicava que uma em cada cinco pessoas, em Angola, está a iniciar um negócio e acredita que a pandemia trouxe novas oportunidades de negócio. A classificação dos especialistas revela uma apreciação substancialmente positiva da atitude dos empreendedores face aos desafios trazidos pela pandemia. Ainda assim, e comparativamente aos restantes, os dois indicadores que contemplam o grau de cooperação entre as empresas não atingem a classificação média desta condição e situam-se em 5,2, sugerindo que este é um ponto a melhorar, sobretudo considerando que os efeitos da pandemia poderão prolongar-se ao longo dos próximos anos.

> Normas sociais e culturais

Avalia o grau em que as normas sociais e culturais vigentes encorajam (ou não desencorajam) iniciativas individuais que levam a novas formas de conduzir negócios e atividades económicas e, por sua vez, contribuem para uma maior distribuição da riqueza e do rendimento.

Em 2020, esta condição obteve a segunda mais alta classificação atribuída pelos especialistas. Como se viu na Figura 17, ao longo dos anos, a classificação desta condição tem sido mais ou menos consistente: em 2020, 4,6; em 2018, 4,5; em 2016, 4,9; em 2014, 3,7. Assim, a classificação de 2020 mantém-se semelhante à de 2018, sendo ligeiramente inferior à verificada em 2016.

A Tabela 6 apresenta a classificação atribuída pelos especialistas a cada um dos indicadores contemplados nesta condição estrutural.

Tabela 6. Normas sociais e culturais – classificação por indicador

Indicador	Avaliação Angola 2020	Avaliação Angola 2018
<i>Classificação de 0 (totalmente insuficiente) a 10 (totalmente suficiente)</i>		
Estímulo da cultura nacional relativamente ao êxito individual conseguido através do esforço pessoal	4,5	4,1
Valorização social da autossuficiência, autonomia e iniciativa individual	5,0	4,9
Valorização social do espírito empreendedor mesmo em condições de risco.	4,6	5,1
Valorização social da criatividade e inovação	5,0	4,9
Valorização social da responsabilidade do indivíduo (em detrimento do coletivo) na gestão da sua vida pessoal	3,9	3,5

Dois dos indicadores apresentam diferenças relativamente ao ano anterior que vale a pena notar. Por um lado, o indicador que avalia a valorização cultural do êxito individual conseguido através do esforço pessoal tem um valor ligeiramente superior em 2020 face a 2018 (4,5 e 4,1, respetivamente). Tempos de crise ajudam a fazer sobressair o ímpeto de resistência de cada um, e as pessoas tornam-se talvez mais reconhecedoras daqueles que alcançam os seus propósitos por esforço próprio. Por outro lado, e de acordo com os dados recolhidos na sondagem à população, as pessoas mostram-se mais cautelosas face ao risco e não

valorizam necessariamente o impulso empreendedor em qualquer circunstância, o que pode justificar a classificação ligeiramente inferior que vemos, em 2020 face a 2018, no indicador que avalia o incentivo da cultura nacional ao espírito empreendedor mesmo em *condições de risco* (respetivamente, 4,6 e 5,1).

Os fatores da cultura nacional mais valorizados pelos especialistas são a autossuficiência, autonomia e iniciativa individual, e o estímulo que, de um modo geral, se vê entre os angolanos relativamente à capacidade de se ser inventivo e criativo.

> Abertura do mercado

Avalia o grau em que se impede que os acordos e procedimentos comerciais sejam alvo de mudanças e substituições, impossibilitando empresas novas e em crescimento de estar em concorrência e de substituir fornecedores e consultores de forma recorrente.

Os resultados da avaliação desta condição têm apresentado ligeiras oscilações a cada ano. A classificação mais elevada desta condição corresponde à do ano de 2014 (4,9). Em 2020, a classificação desta condição é igual à verificada em 2018 (3,8). O valor mais baixo é o de 2016, 3,2. (Figura 17).

Nesta condição estrutural, os especialistas avaliaram seis indicadores, como mostra a Tabela 7.

Tabela 7. Abertura do mercado – classificação por indicador

Indicador	Avaliação Angola 2020	Avaliação Angola 2018
<i>Classificação de 0 (totalmente insuficiente) a 10 (totalmente suficiente)</i>		
Estabilidade no mercado de bens de consumo e serviços	5,8	5,2
Estabilidade no mercado de negócios entre empresas (B2B)	4,8	4,8
Fácil entrada em novos mercados	3,3	3,8
Capacidade das empresas para suportar o custo de entrada no mercado	3,1	3,4
Entrada no mercado de novas empresas não bloqueada por empresas já estabelecidas	3,4	3,8
Legislação anti-trust eficaz e bem aplicada	2,4	1,8

Nesta condição, dois indicadores obtiveram uma classificação mais elevada em 2020 face a 2018. Os especialistas consideram que o mercado angolano de bens de consumo e serviços está mais estável do que estava em 2018 (a pontuação é 5,8 em 2020 e tinha sido 5,2 em 2018). Mas é também importante notar, por outro lado, que os especialistas consideram que o mercado

está menos permissivo à entrada de novos *players*, que as empresas mostram mais dificuldades em suportar os custos de entrada no mercado, e que a entrada de novas empresas no mercado se mostra bloqueada pelas que já estão estabelecidas. A legislação *anti-trust* parece ter visto melhorias entre 2018 e 2020 (em 2020, 2,4; em 2018, 1,8).

Condições estruturais inibidoras

Em 2020, foram consideradas CEE inibidoras da atividade empreendedora as que registam uma classificação média mais baixa: por ordem crescente de classificação, *transferência de I&D*, *educação e formação*, e *programas governamentais*. A Figura 18 mostra os valores médios destas condições de 2020 a 2014.

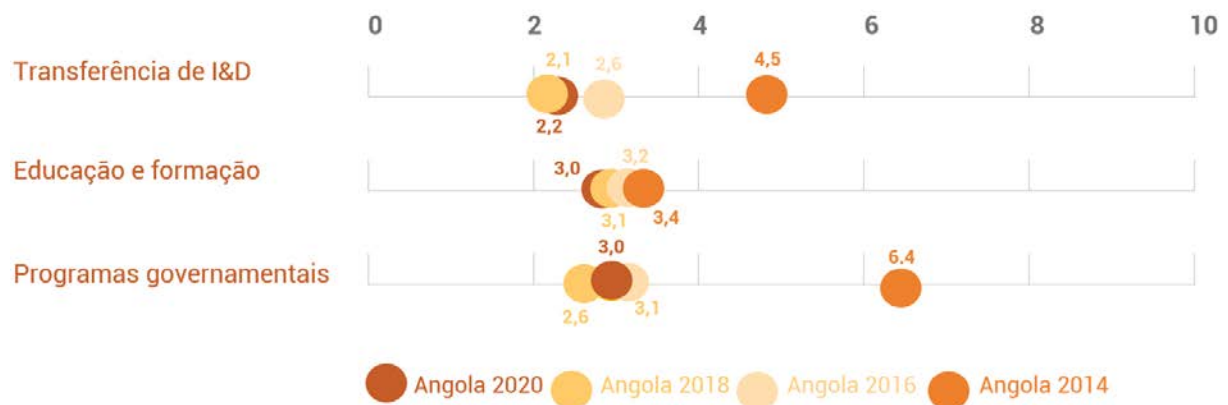


Figura 18. Condições estruturais inibidoras – classificação média (Angola 2014-2020)



➤ Transferência de I&D

Avalia o grau em que a I&D a nível nacional conduz a novas oportunidades comerciais, assim como o nível de acesso à I&D por parte de negócios pequenos, novos ou em crescimento.

As avaliações da CEE *transferência de I&D*, ao longo dos anos, têm mostrado que esta condição tem sido das mais desvalorizadas no contexto angolano. Foi a condição com a classificação média mais baixa de 2020, pontuada em 2,2, com uma diferença de 2,3 pontos percentuais face ao resultado de 2014 (4,5). O acesso a I&D, produzida nomeadamente nas universidades e nos institutos de investigação, é um importante fator para o desenvolvimento de novos negócios e de negócios já existentes. Em Angola, esta condição não tem mostrado melhorias e tem até mostrado um retrocesso face ao melhor resultado, de 2014 (Figura 18).

A avaliação dos especialistas relativamente aos seis indicadores analisados nesta condição estrutural encontra-se na Tabela 8.

Tabela 8. Transferência de I&D – classificação por indicador

Indicador	Avaliação Angola 2020	Avaliação Angola 2018
Classificação de 0 (totalmente insuficiente) a 10 (totalmente suficiente)		
Novas tecnologias, ciência e conhecimento transferidos de universidades e centros de investigação públicos para as empresas	2,7	2,1
Acesso a investigação e tecnologia por parte de empresas novas e empresas estabelecidas	2,6	3,9
Capacidade financeira das empresas para adquirir tecnologia recente	2,0	2,0
Acesso a subsídios governamentais para empresas adquirirem tecnologia nova	1,8	1,3
Apoio para desenvolvimento de negócios tecnológicos de nível mundial, em pelo menos uma área	2,0	1,4
Apoio para engenheiros e cientistas comercializarem as suas ideias no meio empresarial	1,9	1,6

A apreciação de 2020 não mostra diferenças substanciais no modo como os especialistas veem os indicadores desta condição estrutural. Há, no entanto, uma diferença considerável nas classificações atribuídas ao segundo indicador mencionado na Tabela, que tem a ver com o acesso a investigação e tecnologia pelas empresas. O valor de 2020 reflete menor acesso, comparativamente a 2018. A questão neste indicador é formulada de modo a perceber-se se os especialistas consideram que as empresas novas têm ou não tanto acesso quanto as empresas

estabelecidas a investigação e tecnologia. O valor baixo de 2020 (2,6) indica que as empresas novas estão a ter mais dificuldade do que as estabelecidas em aceder a investigação e tecnologia, mais ainda do que em 2018, quando o valor também já não era animador (3,9). Com acesso dificultado a investigação e tecnologia, as empresas novas menos facilmente conseguem oferecer serviços e produtos capazes de concorrer com os existentes no mercado, implicando este dado menos dinamismo no mercado.

Outro indicador que, do ponto de vista dos especialistas, merecia mais atenção em Angola é o que tem o segundo resultado mais baixo e que considera os apoios dados a engenheiros e cientistas para comercializarem as suas ideias no meio empresarial (1,9). Se as empresas não têm acesso facilitado aos centros de investigação, nem os investigadores conseguem divulgar os seus

resultados junto dos empreendedores, a ligação empreendedorismo-inovação parece bastante comprometida. O indicador com o pior resultado é o que avalia o apoio via subsídios governamentais para as empresas adquirirem tecnologia nova (1,8, que ainda assim reflete uma subida face à classificação anterior de 1,3).

➤ Educação e formação

Avalia o grau em que a formação sobre a criação ou gestão de negócios novos e em crescimento é incluída no sistema educativo e formativo, bem como a qualidade, relevância e profundidade dessa educação e formação para criar ou gerir negócios pequenos, novos ou em crescimento.

A condição estrutural *educação e formação* tem mostrado resultados insatisfatórios e piores, ano após ano. Tendo obtido a classificação média de 3,4 em 2014, quando era a condição estrutural com a classificação mais baixa, foi sempre sido apreciada de modo cada vez mais negativo pelos especialistas, chegando em 2020 à classificação de 3,0 (Figura 18). As classificações dos seis indicadores desta condição estrutural podem ser observadas na Tabela 9.

Tabela 9. Educação e formação – classificação por indicador

Indicador	Avaliação Angola 2020	Avaliação Angola 2018
Classificação de 0 (totalmente insuficiente) a 10 (totalmente suficiente)		
Estímulo da criatividade, autossuficiência e iniciativa pessoal no ensino básico e secundário	2,6	2,7
Formação sobre os princípios económicos do mercado no ensino básico e secundário	2,7	2,0
Desenvolvimento de noções de empreendedorismo no ensino básico e secundário	2,6	3,1
Criação e desenvolvimento de novas empresas auxiliada pelas instituições de ensino superior	3,2	2,9
Qualidade e quantidade da oferta educativa nas áreas de gestão e negócios	3,5	3,9
Criação e desenvolvimento de novas empresas auxiliada pelos sistemas de formação profissional educação contínua	3,3	3,8

Os especialistas consideram que o ensino básico e secundário não está a dar atenção suficiente ao desenvolvimento de noções de empreendedorismo, especialmente comparativamente a 2018 (2,6 vs. 3,1). No entanto, o indicador que avalia a formação em princípios económicos no ensino básico e secundário melhorou face a 2018 (o valor atual é 2,7).

Ao nível do ensino superior, a falta de apoio ao empreendedorismo não é considerada agora tão má quanto em 2018 (3,2 vs. 2,9), mas no indicador que avalia o apoio ao empreendedorismo nos sistemas de formação profissional e educação contínua nota-se um decréscimo moderado, de 2018 para 2020 (3,3 vs. 3,8).

➤ Programas governamentais

Avalia a existência de programas, em todos os níveis de governação (nacional, regional e municipal), que apoiem diretamente negócios novos e em crescimento.

Esta foi a segunda condição cuja classificação média mais decresceu desde 2014, depois da que avalia as infraestruturas físicas. A classificação média desta condição estrutural foi, em 2014, 6,4 e, em 2020, apenas 3,0 (Figura 18). Os indicadores desta condição são apresentados com detalhe na Tabela 10.

Tabela 10. Programas governamentais – classificação por indicador

Indicador	Avaliação Angola 2020	Avaliação Angola 2018
Classificação de 0 (totalmente insuficiente) a 10 (totalmente suficiente)		
Facilidade na obtenção de informação sobre apoios governamentais para empresas através de uma única agência	2,9	3,8
Apoio às empresas por parte dos parques tecnológicos e incubadoras	3,4	2,1
Número adequado de programas governamentais de apoio às empresas	3,3	2,6
Competência dos profissionais das agências governamentais no apoio às empresas	3,0	2,5
Acesso a programas governamentais facilitado independentemente do perfil socioeconómico da pessoa	2,6	1,9
Eficácia dos programas governamentais de apoio às empresas	2,9	2,3

De acordo com os dados da tabela, sobretudo o primeiro e os dois últimos indicadores poderiam ser melhorados para que a classificação média da condição pudesse alterar-se pela positiva. Da apreciação dos especialistas conclui-se que faz falta uma agência única que ajude as empresas a acederem a informação sobre apoios governamentais (a pontuação neste indicador é 2,9), embora se notem melhorias no indicador que avalia se o acesso a programas governamentais é facilitado independentemente do perfil socioeconómico da pessoa que procura informações (a classificação de 2018 era 1,9 e a atual é 2,6).

Há ainda um outro indicador que deve ser destacado, já que a sua classificação mostra uma subida relevante: os parques tecnológicos e incubadoras parecem estar mais ativos do que no passado para prestarem apoio às empresas. Ainda assim, neste indicador, a classificação dos especialistas não é animadora (3,4).

Condições estruturais intermédias

Foram consideradas CEE intermédias as seguintes: *infraestrutura comercial e de serviços, impacto da COVID-19 nas políticas governamentais, financiamento, infraestruturas físicas e políticas governamentais.*

A Figura 19 mostra os valores médios destas condições em 2020, 2018, 2016 e 2014. Serão de seguida analisadas, embora com menor detalhe comparativamente à análise que foi feita das CEE facilitadoras e inibidoras, referindo-se apenas os indicadores mais relevantes de cada condição.

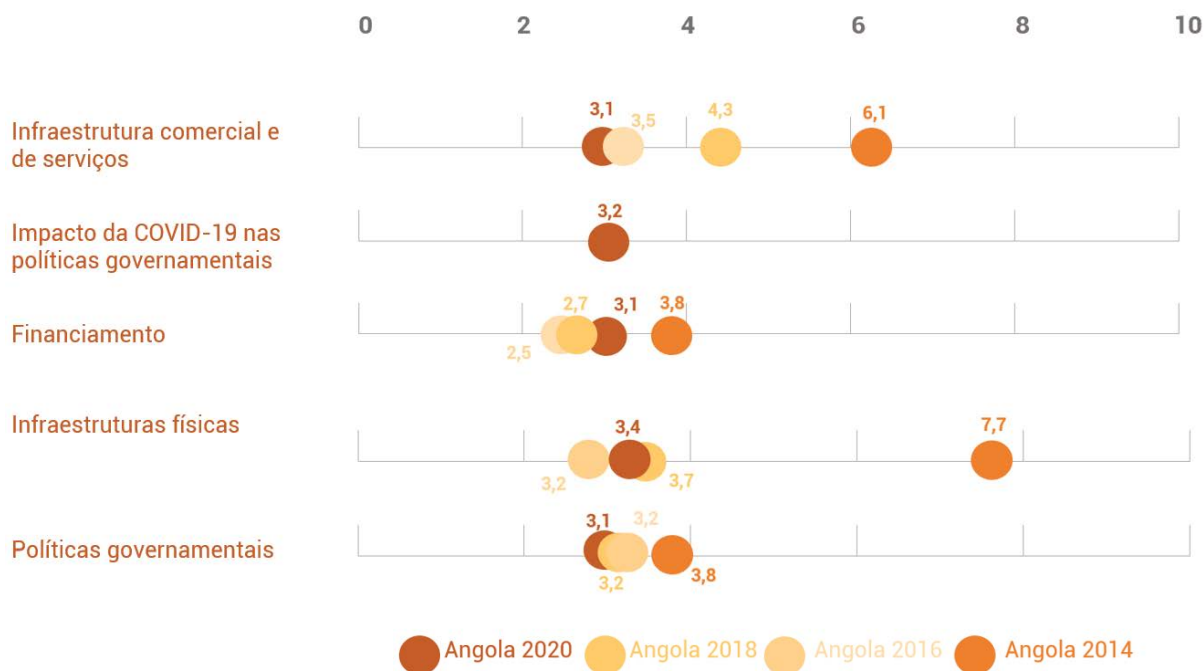


Figura 19. Condições estruturais intermédias – classificação média (Angola 2014-2020)

> Infraestrutura comercial e de serviços

Avalia a influência das instituições e serviços comerciais, contabilísticos e ilegais, que permitem a promoção dos negócios pequenos, novos ou em crescimento.

Nesta condição estrutural, os especialistas notaram que a disponibilidade de serviços e consultores para apoiar empresas é inferior em 2020 relativamente à que se verificava em 2018 (3,7 e 5,6, respetivamente). Por outro lado, outro indicador avaliado em baixa é o que diz respeito à capacidade que as empresas têm para suportar custos de contratação de fornecedores de serviços e de consultores (1,9). Portanto, por um lado, a oferta de fornecedores de serviços e de consultores para apoiarem empresas é insuficiente, por outro lado, os que existem tornam-se inacessíveis às empresas pelo custo incomportável.

> Impacto da COVID-19 nas políticas governamentais

Avalia a capacidade de o governo adotar novas medidas de ajuste à realidade transformada pela crise pandémica, capazes de auxiliar a resposta das empresas.

Esta foi uma das duas condições estruturais introduzidas em 2020 para avaliar os efeitos da crise pandémica no ecossistema do empreendedorismo. As duas novas condições têm o propósito de fornecer dados que tornem possível a comparação entre a resposta dos empreendedores, por um lado, e a resposta dos governos, por outro, aos efeitos da pandemia no que respeita ao apoio ao empreendedorismo. Como visto nas páginas anteriores, globalmente, os especialistas consideraram a resposta dos empreendedores positiva. De modo inverso, a resposta dos governos foi vista como insuficiente, não tendo nenhum dos indicadores

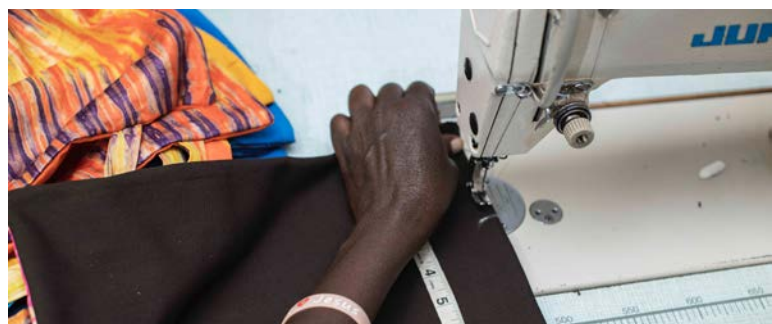
da condição *impacto da COVID-19 nas políticas governamentais* ultrapassado a classificação de 3,7. Nesta comparação, contudo, Angola não está sozinha. Como foi adiantado no *GEM 2020/2021 Global Report*, os especialistas de todas as economias analisadas chegam à mesma conclusão: a resposta dos empreendedores e das empresas à pandemia foi bastante satisfatória, mas o mesmo não pôde verificar-se da parte dos governos, que se entende terem oferecido respostas insuficientes perante os novos desafios.

> Financiamento

Avalia a disponibilidade de recursos financeiros, capital próprio e fundos de amortização de dívida para empresas novas e em crescimento, incluindo bolsas e subsídios.

Se se compararem as classificações entre 2014 e 2020, verifica-se que, nesta condição estrutural, a apreciação dos especialistas não tem variado significativamente, oscilando entre 3,8 (valor mais alto, obtido em 2014) e 2,5 (valor mais baixo, obtido em 2016). Em 2020, a classificação média atribuída foi 3,1 (Figura 19). Relativamente à avaliação de cada um dos indicadores desta condição em 2020, há a destacar a indicação por parte dos especialistas de que existem menos subsídios governamentais para financiar empresas novas e em crescimento (3,8, comparativamente a 5,4 em 2018).

No entanto, os especialistas notam um aumento na disponibilidade de financiamento por duas outras vias: Ofertas Públicas Iniciais (a classificação neste indicador era 1,1 em 2018, passando para 2,6 em 2020) e credores privados (a classificação era 1,0 e passou para 2,4).



➤ Infraestruturas físicas

Avalia o grau de acesso a recursos físicos (comunicação, transportes, utilidades, matérias-primas e recursos naturais) a preços que não sejam discriminatórios para negócios pequenos, novos ou em crescimento.

Esta condição estrutural foi a que, desde 2014, apresentou o decréscimo mais acentuado na classificação média atribuída pelos especialistas (de 7,7 em 2014 para 3,4 em 2020) (Figura 19). Em 2020, os especialistas avaliaram sete indicadores nesta condição, em vez de cinco, como nos anos anteriores. A apreciação de 2020 revela que o acesso a infraestruturas de comunicação se tornou mais célere, mas também mais caro (o indicador que avalia o acesso a infraestruturas de comunicação no prazo de uma semana ficou melhor classificado face ao ano anterior, ao passo que o indicador que avalia o custo para as empresas do acesso a essas infraestruturas foi pior classificado em 2020 do que em 2018).

A classificação de outro indicador mostra ainda que, além das infraestruturas de comunicação, também o custo dos bens essenciais (gás, eletricidade, água e saneamento) se tornou mais caro para os empreendedores angolanos. Os dois novos indicadores introduzidos em 2020 nesta condição estrutural analisam a oferta a preços acessíveis de espaços de escritório para arrendamento (a classificação atribuída pelos especialistas foi 3,0) e de espaços de produção industrial (a classificação foi 2,6).

➤ Políticas governamentais

Avalia o grau em que as políticas governamentais relativas a impostos e regulamentações, bem como a sua aplicação, são neutras no que diz respeito à dimensão das empresas e grau em que estas políticas incentivam ou desincentivam empresas novas e em crescimento.

Tal como a condição *financiamento*, também esta que avalia as *políticas governamentais* não tem mostrado oscilações significativas na apreciação dos especialistas, ao longo dos anos. A classificação média máxima atribuída pelos especialistas corresponde à de 2014 (3,8) e a mínima corresponde à do último ano (3,1) (Figura 19).

Esta condição é das que apresenta um maior número de indicadores analisados pelos especialistas: são também sete, como na condição estrutural *infraestruturas físicas*. A apreciação de 2020 apresenta uma classificação mais baixa para o indicador que analisa a agilidade na obtenção de autorizações e

licenças por parte das empresas (2,1), mas mostra também que melhorou a classificação do indicador que aprecia a priorização que os governos locais dão ao apoio às empresas (de 2,6 em 2018 para 3,6 em 2020). Outros indicadores revelam que os especialistas consideram que a carga fiscal para as empresas aumentou, que aumentou igualmente a inconsistência no número e tipo de impostos e regulamentações obrigatórios para as empresas, o que, de modo global, se reflete num aumento da dificuldade para as empresas em lidarem com a burocracia fiscal e laboral.

Sumário das CEE em Angola

A Figura 20 sumaria os resultados analisados nas páginas anteriores, apresentando, por ordem decrescente, as classificações médias de todas as CEE para os anos de 2020, 2018, 2016 e 2014.

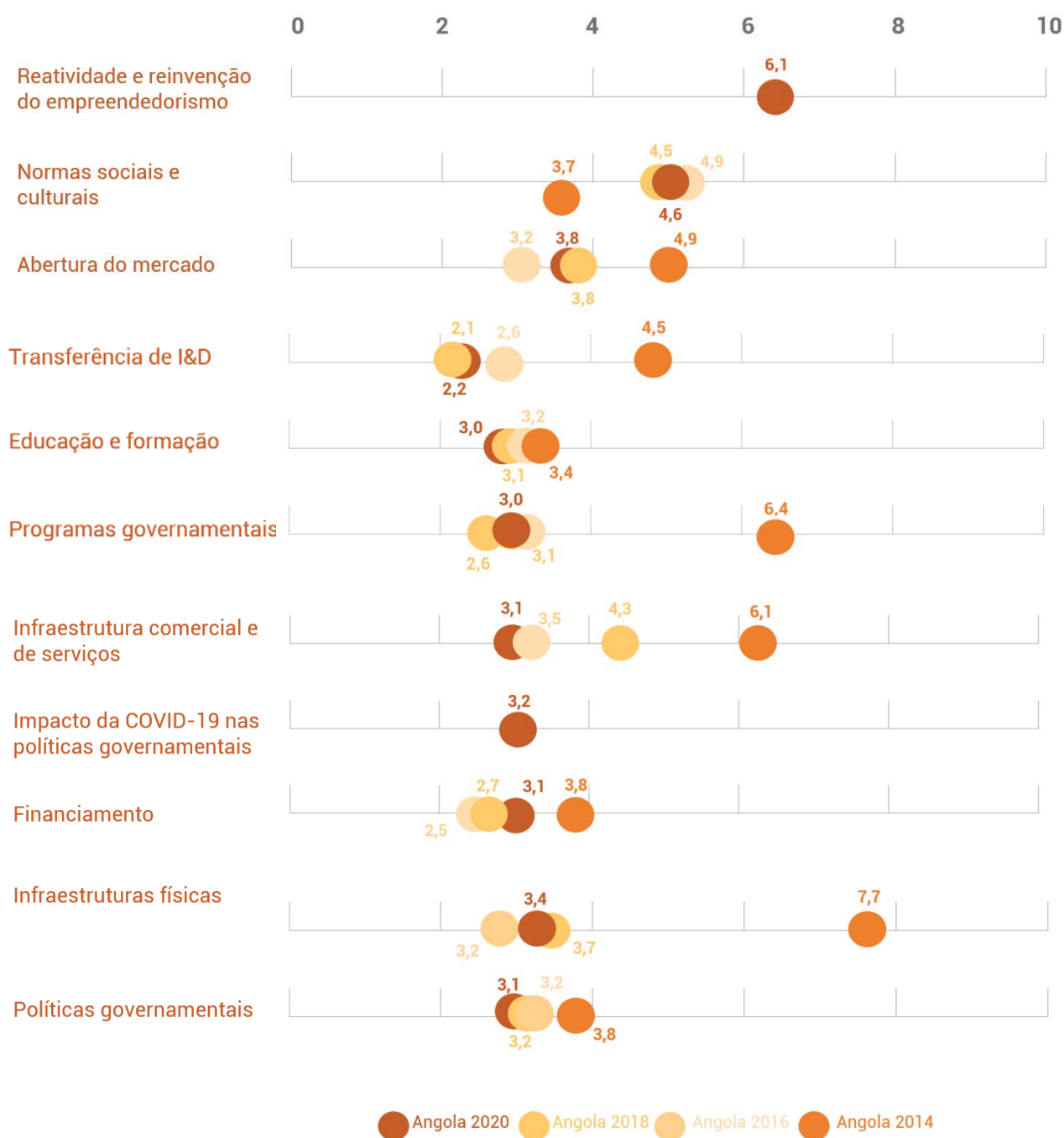
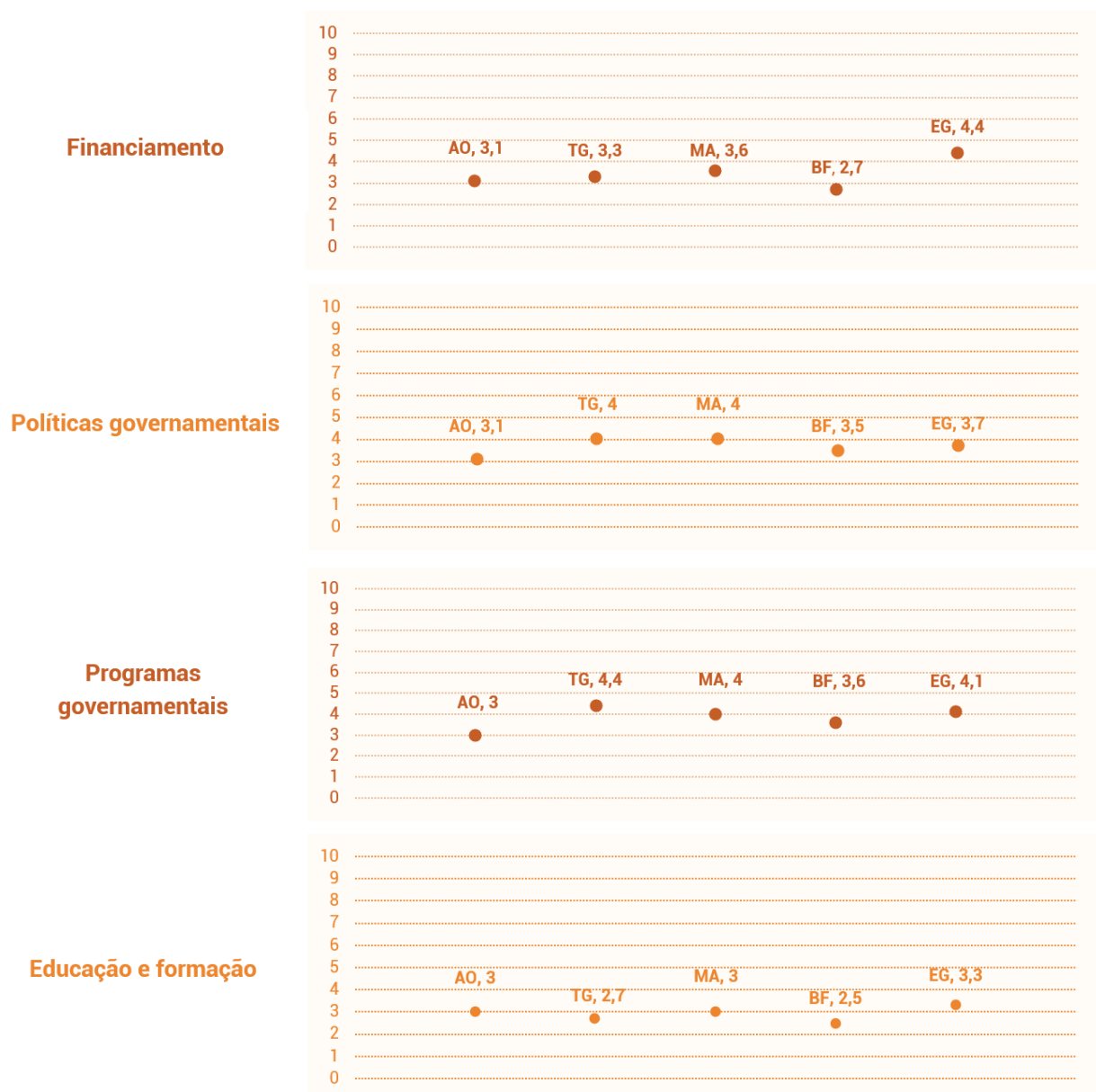


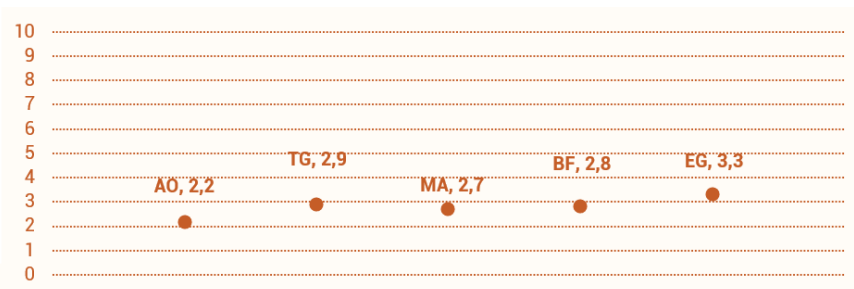
Figura 20. Condições estruturais do empreendedorismo – classificações médias (Angola 2014-2020)

O ecossistema angolano entre as economias africanas em 2020

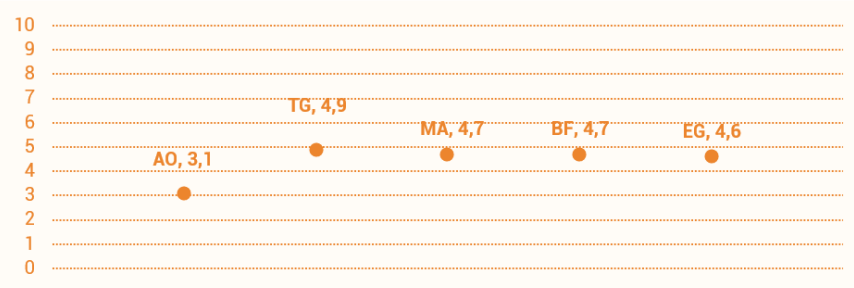
Tal como para o mapeamento do empreendedorismo, também para a caracterização do ecossistema do empreendedorismo é importante analisar Angola em perspetiva com as economias do continente africano. A Figura 21 apresenta as classificações médias que os especialistas de cada país africano atribuíram às 11 CEE analisadas em 2020. Além de Angola (AO), os países considerados são os anteriormente mencionados: Togo (TG), Marrocos (MA), Burquina Faso (BF) e Egito (EG).



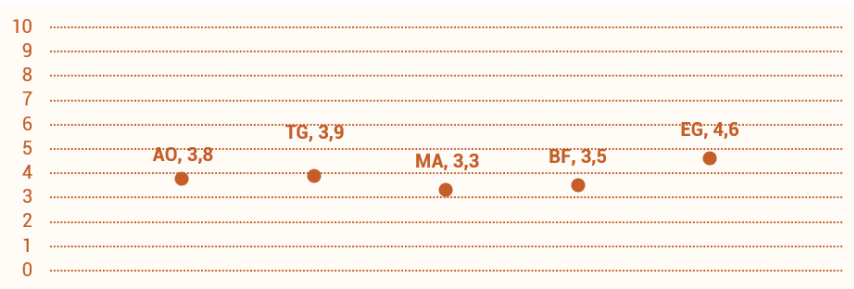
Transferência de I&D



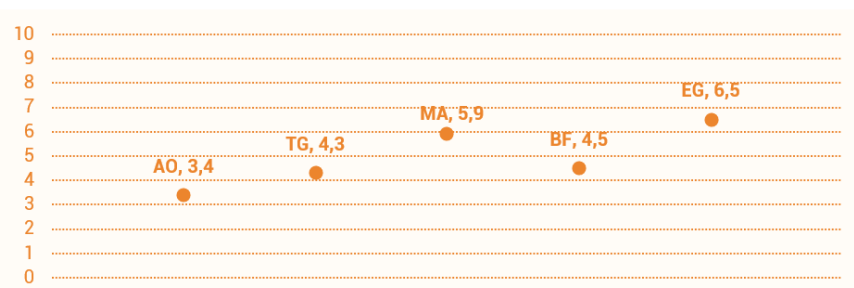
Infraestrutura comercial e serviços



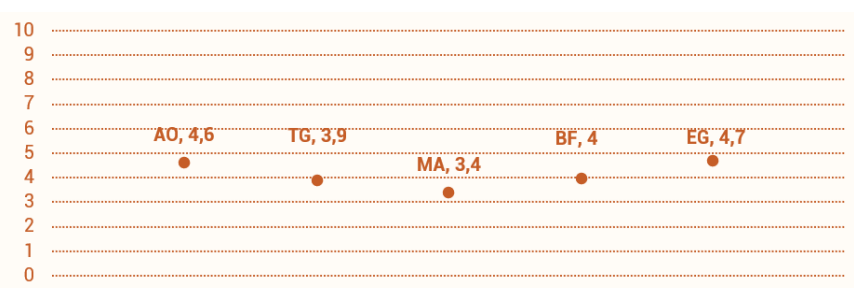
Abertura do mercado



Infraestruturas físicas



Normas sociais e culturais



Reatividade e reinvenção do empreendedorismo



Impacto da COVID-19 nas políticas governamentais



Figura 21. Condições estruturais do empreendedorismo – economias africanas 2020

Comparando Angola com as restantes economias do continente africano consideradas em 2020, o país regista a pior classificação média em seis das 11 condições estruturais (*políticas governamentais, programas governamentais, transferência de I&D, infraestrutura comercial e serviços, infraestruturas físicas e impacto da COVID-19 nas políticas governamentais*).

A média global das CEE no continente africano em 2020 obteve uma classificação de 4, enquanto Angola obteve uma classificação média global das CEE de 3,5. Angola tem a pior média quando consideradas todas as CEE, e tem também, como se disse acima, o pior resultado médio em seis das 11 CEE.

Tomando como referência a CEE, o Egito é a economia mais competitiva das africanas, apresentando uma classificação média global de 4,6. O Togo e Marrocos também apresentam uma média global superior à do continente africano, 4,1 em ambos os casos.

É, no entanto, importante referir que Angola tem o segundo melhor resultado das economias africanas em duas CEE: *normais sociais e culturais* (4,6, atrás do Egito com 4,7) e *reatividade e reinvenção do empreendedorismo* (6,1, atrás do Egito com 6,6).

Estes dois aspetos recuperam uma das principais considerações que têm sido tecidas ao longo deste estudo: a de que, atualmente, a atividade empreendedora em Angola depende largamente do impulso individual dos empreendedores, assente maioritariamente em intenções individuais e atitudes próprias da cultura angolana, e não tanto no (pouco) apoio estatal que lhe é dado. É ainda importante registar, com base nos dados analisados na primeira parte desta secção, que este aspeto tem vindo a acentuar-se desde 2014.



Em 2020, o GEM analisou 11 condições estruturais do empreendedorismo (CEE) em cinco países africanos.

Médias das CEE em cada um dos países africanos analisados:

Egipto – 4,6

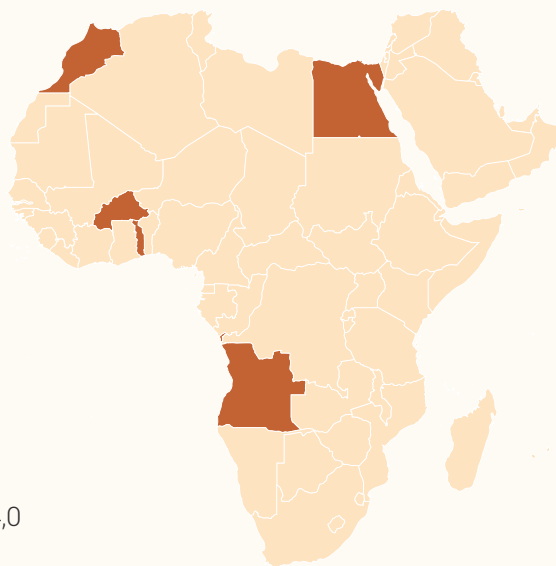
Togo – 4,1

Marrocos – 4,1

Burquina Faso – 3,7

Angola – 3,5

Média global das CEE nas economias africanas: 4,0



CEE 2020 – todas as economias

A Figura 22 apresenta as classificações médias de 9 CEE, as que têm sido consistentemente utilizadas pelo GEM ao longo dos anos, em todas as economias analisadas em 2020 (ficam de fora desta média as CEE *reatividade e reinvenção do empreendedorismo e impacto da COVID-19 nas políticas governamentais*, que foram acrescentadas apenas no último ano).

Na subsecção anterior, fez-se notar que Angola tinha a pior pontuação média das CEE do continente africano. No entanto, uma perspetiva ainda mais alargada permite perceber que Angola está igualmente na última posição quando colocada em perspetiva com as economias de todas as zonas geográficas. Tal classificação valoriza o esforço do empreendedor no angolano, que apresenta a TEA mais elevada de todas as economias do universo GEM 2020/2021.

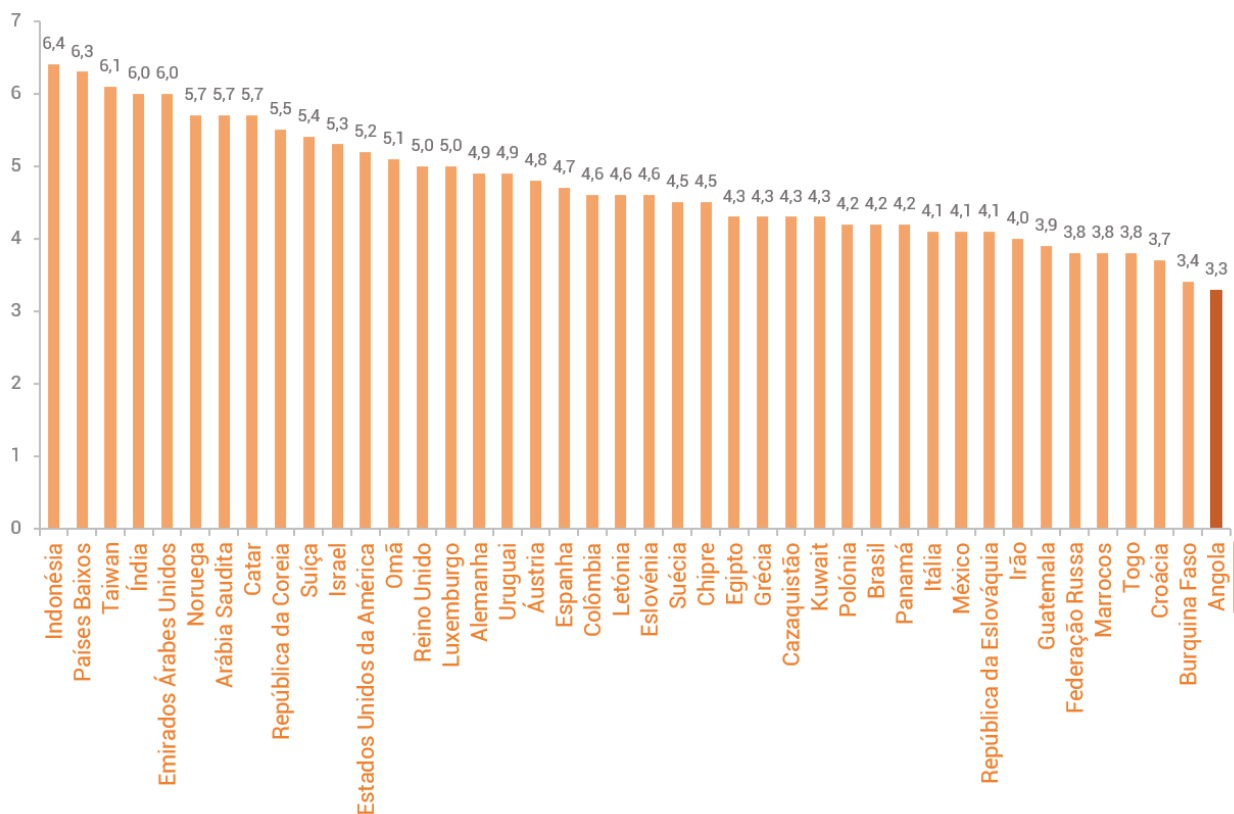


Figura 22. Condições estruturais do empreendedorismo – médias das economias analisadas em 2020



REFLEXÕES E RECOMENDAÇÕES
NO ATUAL CONTEXTO

REFLEXÕES E RECOMENDAÇÕES NO ATUAL CONTEXTO

Com base em alguns dos resultados analisados nos dois capítulos anteriores, esta secção apresenta algumas reflexões sobre o ecossistema do empreendedorismo em Angola, bem como recomendações para a definição de estratégias de apoio ao empreendedorismo. O ecossistema do empreendedorismo angolano é perspectivado a partir de alguns dos desafios globais e regionais atuais, relacionados nomeadamente com a crise pandémica, uma maior abertura para o comércio intracontinental, a tendência global de liberalização económica, a inclusão de grupos sociais até agora na periferia da atividade empreendedora, a economia digital e modelos de negócio social e ambientalmente responsáveis.

A crise pandémica, o crescimento económico em África e o Acordo de Livre Comércio

O Banco Mundial anunciava, em outubro de 2020, que a pandemia global poderia arrastar para a pobreza extrema cerca de 40 milhões de pessoas na África Subsariana, uma transformação tão abrupta face ao crescimento observado na região, na última década, que significava um retrocesso no nível de pobreza extrema para valores de 1980. De facto, os efeitos da pandemia têm significado um retrocesso em vários indicadores do desenvolvimento humano, tendo aumentado as bolsas de pobreza e a pobreza extrema um pouco por todo o mundo, bem como tendo-se agravado as desigualdades sociais. Os impactos são naturalmente mais graves e persistentes onde já existiam situações de vulnerabilidade.

Ao nível do mercado mundial, a pandemia COVID-19 criou uma grave interrupção da cadeia de produção, rutura nas cadeias de fornecimento e um declínio expressivo na procura de mercadorias e serviços (nomeadamente, de turismo, transporte e comércio). No caso de África, a pandemia também significou um amortecimento na clara trajetória de crescimento da última década e um atraso na implementação do Acordo de Livre Comércio Continental Africano (ALCCA), que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2021 (Angola é um dos 38 países que, até agora, ratificaram

o acordo). Justamente, refletindo sobre a abertura do mercado e a tendência global de liberalização da economia mundial, é preciso colocar na equação os indesejáveis custos de um sistema internacional que continua a priorizar os interesses das grandes empresas e de uma população minoritária, em detrimento do bem-comum. As decisões políticas, ao refletirem preocupações económicas, não podem, no entanto, alimentar um crescimento insustentável, intermitente (que compreende ciclos de crise financeira) e desigual. Assim, os níveis de desenvolvimento humano não devem ser dependentes dos ciclos de crise da estrutura financeira global. Com a entrada em vigor do ALCCA, os países africanos têm oportunidade para refletir sobre o que deve significar um mercado participativo e colaborativo. Os pequenos negócios e empresas locais precisam de um contexto capaz de os fazer crescer de modo consistente, ao longo do tempo. De outra forma, os negócios iniciam-se, mas não se lhes dá continuidade, como acontece com frequência em Angola.

Por outro lado, a pandemia veio também expor os riscos em que incorrem economias excessivamente dependentes do estímulo externo (não apenas dependentes do investimento externo, mas igualmente da venda de matérias-primas, da procura turística ou das remessas dos emigrantes), que são imensamente afetadas por justamente não terem reservas de capital, folgas orçamentais e autossuficiência de recursos. África, que tem uma cultura de pensar a coletividade, pode usá-la para reforçar a sua afirmação internacional, também pela via de um mercado financeiro mais cooperativo. De certa forma, o ALCCA reabre essa discussão, que remonta ao período das independências africanas. A evasão fiscal, enfraquece a soberania fiscal, e prejudica o desenvolvimento social e económico dos países. Um acordo como o ALCCA pode ajudar a reforçar a soberania do continente no sistema internacional, mas isso requer uma colaboração transparente e consistente entre os vários governos africanos, bem como, internamente, entre a população e governo de cada país.

A nova Área de Comércio Livre promete mais investimento, maior produtividade, mais e melhores empregos, e maior inclusão social, mas para que estes benefícios sirvam os cidadãos africanos de modo equitativo, cabe aos governos pensarem e implementarem reformas e medidas que promovam nomeadamente um ambiente empresarial e de inovação mais favorável, o crescimento do comércio de pequena escala, e melhores infraestruturas e serviços de comunicação.

Estas medidas deverão ainda ser acompanhadas por outras de proteção social, para garantir que o ALCCA não agrava e faz aumentar situações de emprego precário. Há ainda que ter em conta que o comércio livre em África enfrenta outras dificuldades relacionadas com a baixa capacidade produtiva, a

falta de variedade e complementaridade produtiva, e constrangimentos ao nível das infraestruturas que limitam a circulação de bens e pessoas. Ainda assim, o ALCCA mantém-se como uma promessa para inverter a tendência de marginalização de África no mercado mundial e impulsionar o desenvolvimento do continente através de transações intracontinentais.

Assim, analisando, como foi feito na secção anterior, a avaliação das condições estruturais feita pelos especialistas, dir-se-á que, em Angola (como nos restantes países africanos), a discussão sobre o empreendedorismo deve fazer-se sem deixar de lado pares que devem entrar em diálogo, nomeadamente i) crescimento nacional e reforço da resposta articulada das economias africanas no mercado internacional, ii) medidas económicas e medidas de proteção social, iii) recuperação da crise pandémica e mitigação dos efeitos negativos da liberalização económica global.³

^{4, 5, 6}

³ World Bank (2020), "World Bank Confirms Economic Downturn in Sub-Saharan Africa; Outlines Key Policies Needed for Recovery". <https://bit.ly/3C3d4vy>

⁴ International Labour Organization (2020). "COVID-19 leads to massive labour income losses worldwide". <https://bit.ly/3n5thtP>

⁵ United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD (2020). *From global pandemic to prosperity for all: avoiding another lost decade*. <https://bit.ly/3phpDzN>

⁶ Global Justice Now (2017). *Honest Accounts 2017 – How the world profits from Africa's wealth*. <https://bit.ly/3pkVcII>

Inclusividade na atividade empreendedora

A igualdade de género é um tema atual em diversas áreas, e também o empreendedorismo tem sido discutido a partir deste ângulo. Tem-se verificado que a capacitação das mulheres para o empreendedorismo depende em grande parte de ajudá-las a enfrentar constrangimentos culturais, sociais e psicológicos. Este não parece ser, contudo, o problema central em Angola, já que se verifica um número de empreendedoras superior ao de empreendedores. Ainda assim, dada a diferença substancial que existe no país entre negócios nascentes e estabelecidos, será relevante perceber até que ponto as condições existentes beneficiam de igual modo os diferentes grupos sociais (mulheres/homens, diferentes faixas etárias, diferentes grupos socioeconómicos, diferentes etnias, etc.), e se esta poderá ser uma das justificações para a diferença observada.

Uma das razões que tem sido apontada como limitadora para a participação das mulheres na atividade empreendedora está relacionada com um menor acesso aos serviços financeiros básicos (como, por exemplo, contas correntes e de poupança). As mulheres estão assim mais dependentes do autofinanciamento, o que se adivinha ser uma enorme dificuldade em economias de rendimento baixo, como as africanas. Por outro lado, as mulheres também se mostram menos recetivas à possibilidade de risco financeiro. Mostram igualmente ter menos esperança em obter uma candidatura bem-sucedida junto de agências de financiamento e credores privados. Deste modo, as políticas públicas devem responder a lacunas de financiamento a que estão sujeitas as mulheres, desde logo implementando planos específicos para este grupo social, bem como garantindo que, nos programas direcionados a homens e mulheres, não existem assimetrias de informação que façam com que os homens tenham maior facilidade em aceder a esses programas. O acesso a informação de modo descomplicado, como se viu acima, é um dos indicadores que foi apreciado pelos

especialistas (CEE *programas governamentais*), tendo recebido uma classificação bastante insatisfatória. Os especialistas notaram ainda que, além da dificuldade em aceder a programas governamentais de apoio ao empreendedorismo, estes são maioritariamente ineficazes, pelo que valerá a pena perceber *por que* são ineficazes e *para quem* são ineficazes.

Mesmo quando ativas, como acontece em Angola, as mulheres, estão normalmente limitadas a setores que carecem de regulamentação e de segurança financeira (mercado informal), sobretudo nas economias de rendimento baixo. Os programas públicos de apoio ao empreendedorismo deverão, pois, oferecer diferentes respostas para os diferentes grupos sociais, consoante os seus contextos e as suas necessidades. Embora se verifique um impulso empreendedor animador entre as mulheres na população angolana, deverá haver interesse em perceber-se até que ponto os apoios existentes têm sido a causa desse impulso (o que parece pouco provável, dada a apreciação dos especialistas, analisada na secção anterior) ou se, pelo contrário, a insuficiência deles é a razão para os negócios novos não se tornarem negócios estáveis, o que se verificou de modo expressivo, no caso de Angola. Outro dos debates sobre o empreendedorismo em África centra-se na questão da integração dos jovens, grupo gravemente afetado pelo desemprego e subemprego (a taxa de desemprego em Angola situa-se nos 31%, depois de ter crescido 9% de 2017 para 2019). Perante a pressão demográfica das próximas décadas, perante números que apontam para 10-12 milhões de jovens a entrarem no mercado de trabalho africano a cada ano, pode esperar-se uma subida contínua das taxas de desemprego e subemprego, se não houver medidas, sobretudo ao nível dos programas governamentais, para inverter o que parece certo.

Muitos jovens africanos têm visto na criação do próprio emprego uma hipótese para contornar a escassez de oportunidades. Os resultados de Angola falam por si: a taxa de atividade empreendedora *early-stage* dos jovens entre os 18-24 anos subiu, em seis anos (2014-2020), de 15% para 54%, tendo sido a faixa etária a mostrar o crescimento mais acentuado. Este é, assim, mais um exemplo da necessidade de se criarem programas de apoio ao empreendedorismo que são dirigidos a grupos sociais específicos e pensados para *necessidades específicas*.

Em Angola, país que beneficia da mais alta taxa de atividade empreendedora *early-stage* registada pelo GEM, poderá, pois, ser salutar avançar com políticas que ajudem as empresas a ultrapassar obstáculos que se prendem com o crescimento do negócio, a inovação e a criação de emprego, já que se verifica que o impulso cultural e social para o empreendedorismo existe e está em boa forma, mesmo entre os jovens. O aumento expressivo de start-ups ligadas ao digital está associada ao desenvolvimento de um empreendedorismo mais jovem e mais qualificado. No início de 2020, a propósito da apresentação do GEM Angola 2018/2019 em Luanda, os autores deste relatório fizeram um levantamento de entidades angolanas que apoiam o empreendedorismo, de investidores ativos no país, de espaços de co-working e de start-ups, e verifica-se, de facto, um crescimento expressivo de todos estes grupos. A mudança rápida do ecossistema do empreendedorismo em Angola parece ser motivada pela participação de grupos mais jovens de empreendedores e por uma maior exploração das potencialidades do digital. Entre as start-ups angolanas destacam-se Angola2Learn, Appy Saúde, Bantu Makers, Tupuca, entre outras. O desenvolvimento de algumas destas start-ups tem sido apoiado por incubadoras e aceleradoras no país, nomeadamente a Acelera Angola, o KiandaHub e a Orange Corners Angola.

Por outro lado, tem também aumentado o número de eventos relacionados com empreendedorismo, destacando-se o Angola Innovation Summit e o Global Entrepreneurship Week Angola (GEW Angola). O impulso empreendedor angolano, em especial o das camadas mais jovens, está bastante ativo e há boas razões para o apoiar de modo mais eficaz.

Assim, o que pode merecer transformações são, não apenas os programas de apoio ao empreendedorismo, mas igualmente leis laborais ou outras que estejam a bloquear ou dificultar o crescimento das novas empresas. É ainda preciso realçar a importância de se perceber, ao desenhar e implementar novos programas e medidas políticas, até que ponto alguns indivíduos sofrem em duplicado o efeito de dificuldades relacionadas com os seus contextos socioeconómicos, como acontece no caso das jovens empresárias, que podem ter menor acesso a certas oportunidades por serem mulheres e a outras por serem jovens. Dando seguimento a este último ponto, será importante, durante a fase de planeamento de novos programas e medidas de apoio ao empreendedorismo, ter em consideração o conceito de interseccionalidade, que propõe a análise da sobreposição de diferentes formas de discriminação.^{7, 8, 9, 10}



7 OECD (2016), *Entrepreneurship at a Glance 2016*, OECD Publishing, Paris. <https://bit.ly/3ASoiBz>

8 Cornwall, Andrea (2016). "Women's Empowerment: What works?", *Journal of International Development*, Volume 38, issue 3. <https://bit.ly/30K52Kh>

9 Mohammed, Omar (2015). "Africa has the world's fastest-growing labor force but needs jobs growth to catch up", *Quartz Africa*, November 13. <https://bit.ly/3aTydwe>

10 Lusa (2021). "Taxa de desemprego em Angola recuou para 30,5% no primeiro trimestre de 2021", 17 de junho. <https://bit.ly/3pyhruY>

Economia digital

A pandemia da COVID-19 veio acelerar a transição digital um pouco por todo o mundo, sublinhando a importância dos canais digitais e da conectividade, e de soluções como o teletrabalho e as reuniões virtuais. O último ano tornou ainda mais evidente que a transformação das próximas décadas será indissociável dos avanços tecnológicos e digitais. Deste modo, os países africanos devem assegurar que acompanham o ritmo desta transição.

No entanto, como é sabido, a digitalização também traz riscos: a automatização ceifa postos de emprego, há inúmeros problemas associados à falta de políticas de proteção de dados pessoais, os canais digitais têm sido vias muito eficazes para a disseminação de desinformação de qualquer teor. Por causa de todos estes riscos, é importante pensar a transição digital em África, envolvendo não apenas os governos, mas igualmente organizações da sociedade civil e organizações profissionais de diversas áreas. Assim, confederações empresariais, incubadoras e escolas (nomeadamente de gestão e de formação contínua) devem contribuir para o debate sobre a transição digital. Setores como a Saúde, o Comércio, as Finanças e a Gestão podem ter avanços enormes com a utilização responsável das tecnologias digitais. A inovação tem de ser apoiada pelos governos, por um lado, e pelo setor privado, por outro, em permanente diálogo com os parceiros sociais. Para que os países africanos possam beneficiar da economia digital, deverá haver investimento em diversas áreas, nomeadamente energia, competências, infraestruturas e governação.

No caso de Angola, como foi visto na secção anterior, as condições estruturais do empreendedorismo relacionadas com os aspetos do digital e da inovação não obtiveram uma apreciação satisfatória na avaliação dos especialistas. Uma, a condição *infraestruturas físicas*, teve uma pontuação de 3.4, e outra, *transferência de I&D*, foi a pior classificada, com 2.2. Em 2018, a eletricidade chegava a 74% da população angolana, mas apenas a 8% da população rural do país. Além do

mais, as falhas de energia continuam a ser frequentes. O acesso à internet continua a ser muito baixo, embora tenha vindo a crescer de modo constante (dados de 2020 apontam para 22% da população com acesso à internet). Apesar do esforço do governo e de algumas empresas privadas para estabelecer zonas gratuitas de *hotspot* (através do projeto Angola Online), o acesso à internet continua a ser proibitivamente caro para muitos angolanos, especialmente para os que vivem nas zonas rurais. Comparativamente à África do Sul, Angola apresenta preços dez vezes mais elevados para serviços como planos de chamadas, dados móveis e acesso à internet em banda larga. Isto deve-se sobretudo à falta de concorrência no setor das comunicações. Angola continua a ter um setor privado subdesenvolvido, dominado por algumas poucas empresas com ligações políticas. A Eletricidade e as Tecnologias de Informação e Comunicação são dois dos setores que, por um lado, precisam de ser alavancados, por outro, ajudarão a alavancar outros setores, se forem suficientemente desenvolvidos. De facto, estes são dois dos sete setores que a Corporação Financeira Internacional, instituição do Grupo do Banco Mundial, define como prioritários para o desenvolvimento do setor privado em Angola, ao lado dos Transportes, Saúde, Educação, Agronegócio e do Setor Financeiro.

Assim, dir-se-á que Angola terá que fazer mais para que a transição tecnológica se torne acessível a toda a população, nomeadamente aos empresários e empreendedores. Desde logo, terá de garantir acesso a energia elétrica a toda a sua população, também no sentido de permitir avanços na transição digital, que representa uma alavanca enorme para o acesso à educação, formação, emprego e saúde. Por outro lado, a interação entre empresas e centros de transferência de I&D é fundamental para que a transição digital possa avançar aliando competências empresariais e conhecimento do mercado com novas potencialidades tecnológicas. Esta será também uma das formas de promover respostas do setor privado aos desafios sociais utilizando a tecnologia como meio.

A tecnologia pode e deve ser usada para permitir o acesso a serviços sociais fundamentais, dos quais a educação e a saúde são os mais prementes. Seguindo a proposta da Estratégia de Transformação Digital (2020-2030) da União Africana, o futuro do desenvolvimento humano em África deve ser pensado também a partir das potencialidades oferecidas pelas tecnologias digitais, que podem facilitar em grande medida a concretização da Agenda 2063 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A Academia Africana de Ciências tem apelado a que, nas estratégias nacionais para a Ciência, Tecnologia e Inovação, seja dado um enfoque mais holístico à interação entre desenvolvimento sustentável e desenvolvimento tecnológico, evitando assim que se pense apenas o crescimento económico e tecnológico no curto prazo, e procurando antes estratégias que pensem o desenvolvimento das pessoas e dos países no longo prazo, de forma sustentável e resiliente.

As tecnologias digitais têm tido um profundo impacto no mundo, transformando setores e indústrias, permitindo novos operadores, novas parcerias e novos modelos de negócio. A transformação digital dos mercados abre, assim, caminho para um crescimento da economia que poderá ser mais sincronizado entre países parceiros, mas também para um desenvolvimento global que pode tornar-se mais uniforme, se a digitalização for vista e utilizada como um meio para mais conectividade e mais diálogo^{11, 12, 13, 14}.

Começar pelo início: educação e empreendedorismo

Na secção anterior, identificou-se a condição *educação e formação* como uma das CEE inibidoras do desenvolvimento do empreendedorismo em Angola. Vale, no entanto, lembrar que a educação não inibe apenas o desenvolvimento do empreendedorismo,

mas o próprio desenvolvimento humano, sendo, assim, fundamental que um país planeie a sua estratégia educativa tendo em conta as suas expectativas de desenvolvimento e prosperidade. Embora o acesso à educação, em Angola, esteja a avançar rapidamente (o número de inscrições na escola primária subiu de 2 milhões em 2004 para 10 milhões em 2016), o número de escolas e professores é ainda insuficiente face às necessidades da população. Por outro lado, a falta de recursos nas escolas tem sido um problema crónico do sistema de ensino angolano. Ao nível do ensino superior, verifica-se um crescimento acentuado do número de instituições. Com o ensino dos vários níveis a avançar a bom ritmo, as empresas notam, no entanto, que a falta de qualidade da mão-de-obra é um dos constrangimentos para a expansão dos negócios. Assim, deve assegurar-se que a quantidade e qualidade dos centros de ensino avançam de modo uniforme.

O desenvolvimento de Angola, como o dos restantes países da região, depende cada vez mais da qualidade formativa dos seus cidadãos, e tem de facto um enorme potencial considerando o impulso demográfico que já se verifica e que se manterá em crescimento nas próximas décadas. A educação para o empreendedorismo desempenha um papel fundamental no trajeto de crescimento contínuo dos países. Assim, tendo-se verificado na apreciação feita pelos especialistas que nas escolas angolanas têm sido pouco trabalhadas competências úteis para o impulso empreendedor, entende-se que haverá utilidade em integrar nos currículos do ensino primário até ao superior (mas de modo adequado aos diferentes graus de ensino) competências relacionadas com princípios económicos, legalidade e fiscalidade, organização contabilística, gestão, planos de negócio, análise de mercado e diagnóstico participativo, entre outras.

11 Freedom House (2021), "Freedom on the net 2021 – Angola", 2021. <https://bit.ly/3jzghLM>

12 International Finance Corporation (IFC) (2019), *Country Private Sector Diagnostic. Creating Markets in Angola – Opportunities for Development Through the Private Sector*. <https://bit.ly/3GjgWeh>

13 União Africana (2020). *Projecto de Estratégia de Transformação Digital para África (2020-2030)*. <https://bit.ly/313gAsd>

14 UNCTAD (2019). "Building Capacity to Govern Science, Technology and Innovation Policy for Sustainable Development Goals in Africa". <https://unctad.org/es/node/2185>

Angola tem a possibilidade de começar a desenvolver estratégias educativas de promoção do empreendedorismo, de modo sistemático e complementar entre os diferentes graus de ensino. Desta forma, um dos primeiros objetivos, neste domínio, deverá ser estabelecer um plano coerente e coeso que define formas de cooperação entre os vários órgãos das autoridades nacionais e regionais, escolas e centros de formação, bem como incubadoras, para se definirem os novos temas a serem introduzidos nos currículos escolares e de que modo. Ao mesmo tempo, tanto quanto possível, esta cooperação deve possibilitar uma abertura para trabalhar o empreendedorismo não apenas no espaço da sala de aula, mas igualmente através de visitas a incubadoras, centros de investigação, empresas e também associações comunitárias de apoio à iniciativa individual e coletiva, por vezes responsáveis pela promoção de mercados locais e pela divulgação do empreendedorismo local (onde está tantas vezes a economia informal, que o ensino deve ajudar a melhorar e não ignorar – casos de colaboração intergeracional podem, aliás, ser de grande valor para as relações económicas e sociais das comunidades). A cooperação com o exterior pode também ajudar as escolas a reduzirem custos, pois em vez de serem desenvolvidos projetos-piloto dentro das escolas, pode optar-se por apoiar projetos já ativos, alargando o espaço da escola ao da comunidade, das famílias e das empresas locais. Ainda assim, haverá necessidade, por um lado, de apoiar financeiramente as escolas para se assegurar recursos suficientes para a implementação das atividades, por outro, de dar formação aos professores e diretores de escolas. Uma vez mais, a colaboração com empresas e incubadoras pode ser de grande valor para este último aspeto.

O empreendedorismo tem a ver com a capacidade de se transformar ideias em ação, com a capacidade de se ser inovador, de se ter iniciativa, de se ter uma atenção criativa ligada às necessidades e potencialidades da comunidade a que se pertence. Como mostra o modelo conceptual do GEM, cada impulso empreendedor é dependente dos fatores socioeconómicos que o rodeiam. Fará, pois, sentido não desvirtuar a aprendizagem de competências úteis ao empreendedorismo do contexto real em que este acontece. Parcerias entre o governo, as escolas, incubadoras e empresas ajudarão a pensar a aprendizagem de forma prática. Tanto quanto possível, o sistema educativo deve também ajudar a desenvolver e promover novas redes de empreendedores (escolares, universitárias, locais ou temáticas) que apoiem uma interação de longo prazo e crescimento conjunto.

Do ponto de vista da formação contínua, estas redes são ainda mais importantes, pois mantêm os formandos num espaço de interação que vai bem além do mais ou menos breve período de formação em que os formandos participem.^{15, 16, 17}



15 IFC (2019), *Country Private Sector Diagnostic. Creating Markets in Angola – Opportunities for Development Through the Private Sector*. <https://bit.ly/3GjgWeh>

16 Kaijage E. et al. (2013). *Supporting Entrepreneurship Education in East Africa*. Institute for Sustainability Solutions Research – Plymouth University / University of Nairobi – School of Business. <https://bit.ly/3Bedrlm>

17 Lackéus, Martin (2015). *Entrepreneurship in Education – What, why, when, how*. Entrepreneurship360 background paper. OECD Publishing, Paris. <https://bit.ly/3b9WSwA>

Empreendedorismo responsável

O modelo de desenvolvimento da era industrial e da liberalização da economia trouxe consequências nefastas que são hoje sobejamente conhecidas e englobadas na expressão "crise climática". São, pois, necessárias transformações profundas no modo como entendemos e gerimos as economias nacionais. África, embora seja o continente que menos contribui para as emissões globais de gases com efeito de estufa, é largamente afetada pelos efeitos da crise climática, nomeadamente pela subida do nível das águas e salinização das terras, pelo desmatamento, pela desertificação, pela erosão do solo, pela perda de biodiversidade, pela poluição por plástico, entre outros. Por um lado, sendo uma das regiões do globo mais atingida pela crise climática, e, por outro, tendo uma economia dependente de indústrias extrativas, África vê-se, assim, na difícil tarefa de pesar criteriosamente as perdas económicas e os efeitos sociais e ambientais que estão em causa na transição verde.

Em África em particular, a transição verde tem de ecoar uma transição *justa*. O setor privado, ao lado dos governos, será certamente um dos atores fundamentais para o processo de transição. África precisará de um setor privado forte e de empreendedores, capazes de contornarem a dependência das exportações de matérias-primas e de contribuírem para mercados internos resilientes e autossuficientes (o ALCCA é, aqui, novamente uma oportunidade em cima da mesa). Os governos têm, assim, de estar comprometidos com o apoio ao desenvolvimento do setor privado, um setor privado que necessitará de trabalhar cada vez mais de modo responsável, pensando simultaneamente na sustentabilidade ambiental e na equidade social.

A transição verde será necessariamente acompanhada por transformações ao nível da digitalização, do desenvolvimento de infraestruturas e da circularidade da economia, pelo que, uma vez mais, a formação e educação dos empreendedores africanos se mostra premente. O apoio e supervisão dos governos é, pois, essencial, e deve estar alinhado com as exigências dos parceiros sociais.

Um dos dados interessantes deste relatório é o que mostra o quão cientes estão os empreendedores angolanos da necessidade de se pensar negócios que gerem lucros, mas que gerem igualmente mudanças significativas no mundo. Como indicado na p.15, a motivação dos empreendedores angolanos para iniciarem um novo negócio baseia-se não apenas na questão da necessidade financeira, mas também de modo claro na vontade de "fazer a diferença no mundo". Manter negócios rentáveis e, através deles, abrir caminhos para um mundo diferente parece ser a vontade de um número expressivo de empreendedores angolanos (mais de 65% do número total de empreendedores *early-stage*). Os empreendedores angolanos parecem, assim, disponíveis para mobilizar as suas opções de negócio e os seus investimentos privados no sentido de contribuir para causas justas. Esta é uma oportunidade que o governo pode aproveitar, por exemplo, para alinhar o desenvolvimento do setor privado com as metas dos ODS.

Na medida em que a transição verde e justa depende da mobilização de um conjunto de atores nacionais, nomeadamente do setor privado, cabe ao governo definir objetivos partilhados e alcançáveis em parceria, sendo, pois, urgente reforçar o comprometimento e a participação cívica. Em particular no que respeita ao envolvimento do sector privado e dos empreendedores, o governo deve assegurar prioridades partilhadas, facilitar a integração dos ODS no trabalho das empresas (através de regulamentação para a apresentação de relatórios e diretrizes de boas práticas), desenvolver instrumentos de monitorização dos impactos das empresas e de diálogo entre vários atores de diferentes setores, encorajando a colaboração e complementaridade de competências.

Falta agora menos de uma década para que os países possam alcançar as metas dos ODS e, se algo fica claro com as duas crises globais mais recentes, é que, num mundo em que o mercado global não deixará de ser palavra de ordem, a possibilidade de transições justas virá pela via das parcerias (do primeiro, segundo e terceiro setores, sem exclusão), das abordagens holísticas, e de modelos mais cooperativos.^{18, 19, 20, 21}

18 Global Reporting Initiative (2020). *Using corporate reporting to strengthen Sustainable Development Goals – Recommendations for national policy makers*. <https://bit.ly/3EioLPv>

19 World Bank Group (2020). *Africa's Pulse – An analysis of issues shaping Africa's economic future (Volume 21)*. WB Publishing, Washington. <https://bit.ly/3jCbZUi>

20 Gibson, Alan et al. (2004). *Making markets work for the poor – an objective and an approach for governments and development agencies*. ComMark Trust, Johannesburg. <https://bit.ly/3BaI7nT>

21 Mélonio, Thomas; Tremel, Laetitia (2021). *Climat, Biodiversité, Inégalités... Comment remettre les ODD sur les rails*. Éditions AFD - Agence Française de Développement, Paris. <https://bit.ly/3bd5Adm>



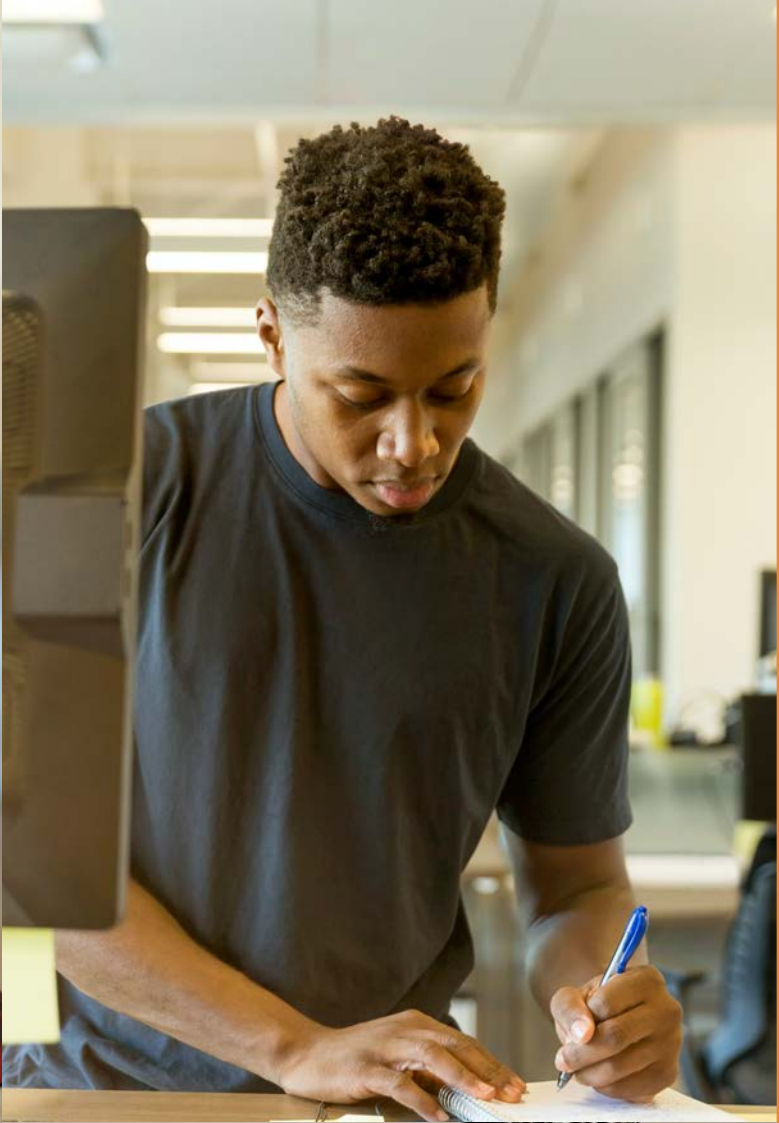
ANEXO
ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

Lista de figuras

Figura 1. Modelo conceptual do GEM	7
Figura 2. Percentagem da população angolana que considera que o risco de insucesso impede o início de um possível negócio	13
Figura 3. Motivação para a criação de um negócio (% de empreendedores <i>early-stage</i>) – dados das economias de rendimento baixo	15
Figura 4. Taxa de atividade empreendedora <i>early-stage</i> em Angola (2014-2020)	17
Figura 5. Taxa de atividade empreendedora <i>early-stage</i> 2020 nas 43 economias analisadas (% população adulta)	18
Figura 6. Taxa de atividade empreendedora <i>early-stage</i> 2020 – médias por tipo de economia	18
Figura 7. Taxa de atividade empreendedora <i>early-stage</i> por faixa etária (% da população adulta) – Angola 2014-2020	20
Figura 8. Percentagem da população adulta que se considera empreendedor <i>early-stage</i> – distribuição por género	22
Figura 9. Taxa de atividade empreendedora <i>early-stage</i> por nível de escolaridade	23
Figura 10. Taxa de empreendedorismo <i>early-stage</i> vs. taxa de empreendedorismo de negócios estabelecidos – Angola 2014-2020	23
Figura 11. Taxa de cessação de negócios vs. taxa de empreendedorismo <i>early-stage</i> 2020 – países africanos	24
Figura 12. Percentagem de adultos que inicia um negócio com produtos ou serviços que são novos na sua área geográfica, novos no seu país ou novos no mundo	25
Figura 13. Percentagem de adultos que inicia um negócio com tecnologia ou processos que são novos na sua área geográfica, novos no seu país ou novos no mundo	25
Figura 14. Percentagem de empreendedores <i>early-stage</i> cujos clientes são locais, nacionais ou internacionais	27
Figura 15. Distribuição da atividade empreendedora em Angola por setor de atividade (2020)	28
Figura 16. Distribuição da atividade empreendedora por setor de atividade nos países africanos analisados (2020)	29
Figura 17. Condições estruturais facilitadoras – classificação média (Angola 2014-2020)	35
Figura 18. Condições estruturais inibidoras – classificação média (Angola 2014-2020)	39
Figura 19. Condições estruturais intermédias – classificação média (Angola 2014-2020)	43
Figura 20. Condições estruturais do empreendedorismo – classificações médias (Angola 2014-2020)	46
Figura 21. Condições estruturais do empreendedorismo – economias africanas 2020	49
Figura 22. Condições estruturais do empreendedorismo – médias das economias analisadas em 2020	51

Lista de tabelas

Tabela 1. Economias participantes no estudo GEM 2020/2021	8
Tabela 2. Percentagem de empreendedores <i>early-stage</i> por faixa etária – comparação de resultados entre o 1.º e 2.º lugar do ranking	19
Tabela 3. Taxa de cessação de negócios – Angola 2014-2020	24
Tabela 4. Percentagem de empreendedores <i>early-stage</i> e proprietários de negócios estabelecidos que consideram que as expectativas de crescimento do negócio são inferiores ou bastante inferiores comparativamente ao ano anterior	26
Tabela 5. Reatividade e reinvenção do empreendedorismo – classificação por indicador	36
Tabela 6. Normas sociais e culturais – classificação por indicador	37
Tabela 7. Abertura do mercado – classificação por indicador	38
Tabela 8. Transferência de I&D – classificação por indicador	40
Tabela 9. Educação e formação – classificação por indicador	41
Tabela 10. Programas governamentais – classificação por indicador	42



GEM Angola 2020/2021

ESTUDO SOBRE O EMPREENDEDORISMO